



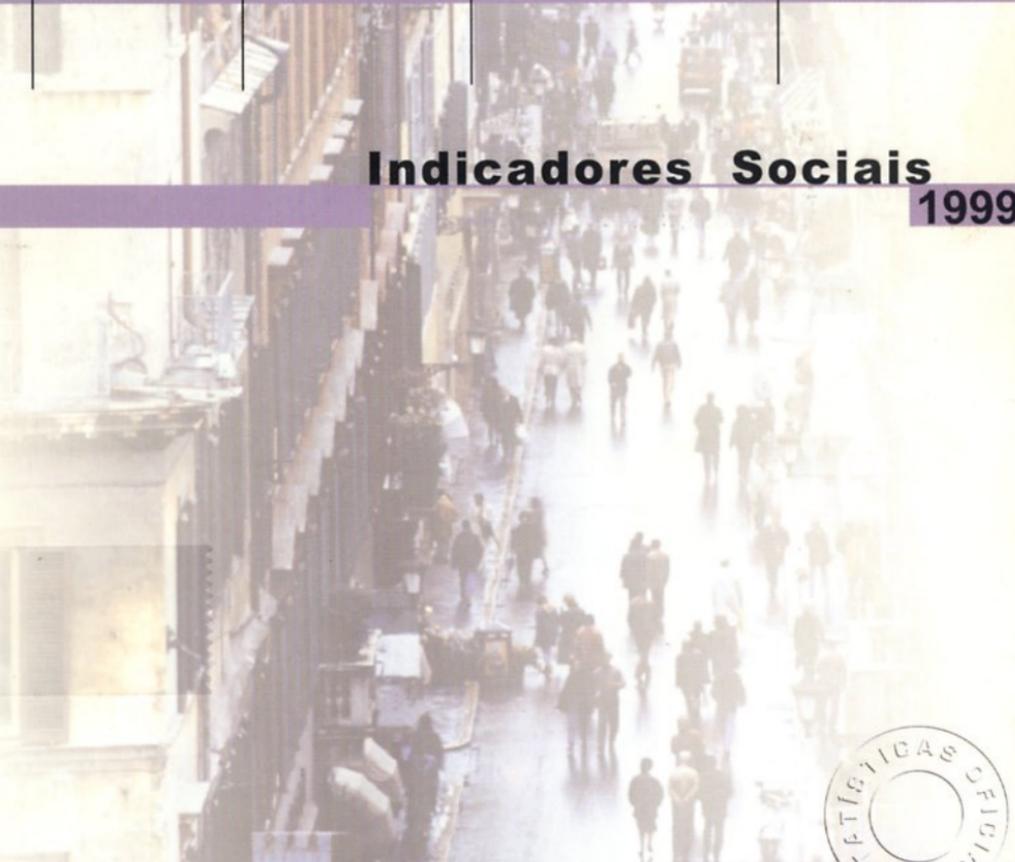
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

ISSN 0874-4572



Indicadores Sociais

1999



Ano de edição 2001



NOTA INTRODUTÓRIA

Dando continuidade a uma publicação que se pretende de periodicidade anual, o INE apresenta o segundo número dos “Indicadores Sociais”, divulgados pela primeira vez em 1999.

Tal como a publicação anterior, o volume está dividido em 10 capítulos; em cada um deles, disponibiliza-se um conjunto de indicadores que permitem acompanhar as condições de vida das famílias, nas suas várias componentes, como sejam o emprego, o rendimento, a protecção social, a saúde, entre outros.

Um breve comentário dá início ao capítulo, seguido dos indicadores e gráficos, tendo por período de referência os anos de 1995 a 1999.

Em anexo o utilizador dispõe dos principais conceitos, ordenados por ordem alfabética.

Novembro de 2000

SINAIS CONVENCIONAIS

- Resultado nulo
- x Dado não disponível

SIGLAS

CAE = Classificação das Actividades Económicas Portuguesas
CID-9.^a Revisão = Classificação Internacional de Doenças-9^a Revisão
NUTS = Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
Esc. = Escudo
N.º = Valor numérico
% = Valor percentual

**Para esclarecimentos e informações adicionais
sobre o conteúdo desta publicação contactar:**

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 842 63 78

ÍNDICE

Nota introdutória	3
Sinais convencionais	4
Índice sistemático	5
1-POPULAÇÃO.....	9
1.1-População residente, por sexo	11
1.2-Estrutura da população residente, por sexo e grupo etário	12
1.3-Taxa de crescimento efectivo, por região (NUTS II)	14
1.4-Nados-vivos e taxa de natalidade, por região (NUTS II).....	15
1.5-Índice sintético de fecundidade, por região NUTS II)	16
1.6-Óbitos e taxa de mortalidade, por região (NUTS II)	17
1.7-Esperança de vida (em anos), por grandes grupos etários e sexo	18
1.8-Taxa de mortalidade infantil, por região (NUTS II).....	19
1.9-Emigrantes, por região de destino	20
1.10-População estrangeira: pedidos e cessações de residência.....	21
1.11-População estrangeira com residência legal em Portugal	22
2 -FAMÍLIAS	23
2.1-Famílias, segundo a dimensão	25
2.2-Famílias, segundo o número de filhos	26
2.3-Famílias, com 1 pessoa, por região (NUTS II).....	27
2.4-Famílias monoparentais, por região (NUTS II)	28
2.5-Casamentos e taxa de nupcialidade, por região (NUTS II)	29
2.6-Idade média (em anos) ao casamento, por sexo	30
2.7-Idade média (em anos), das mulheres à maternidade	31
2.8-Percentagem de nascimentos fora do casamento, por região (NUTS II).....	32
2.9-Divórcios e taxa de divorcialidade, por região (NUTS II)	33
3-EDUCAÇÃO.....	35
3.1-Despesa das administrações públicas em educação, per capita, e em percentagem do PIB.....	36

3.2-Repertição da população dos 15 aos 64 anos, por nível de ensino atingido e sexo.....	36
3.3-Alunos matriculados, por nível de ensino.....	38
3.4-Taxa de escolarização da população dos 6 aos 29 anos, por sexo e grupo etário	39
3.5-População a frequentar o ensino superior, por sexo	40
3.6-Pessoal docente, por nível de ensino.....	41
4-EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	43
4.1-Estrutura da população activa, por sexo	45
4.2-Taxa de actividade, por grupo etário e sexo	46
4.3-Estrutura do emprego, por situação na profissão e sexo	48
4.4-Estrutura do emprego, por sector de actividade e sexo.....	50
4.5-Número médio de horas semanais habitualmente efectuadas pela população empregada e por conta de outrem (TCO) no Continente	51
4.6-População empregada e a trabalhar a tempo parcial, por sexo	52
4.7-Trabalhadores por conta de outrem e que trabalham ao fim de semana, em horários pouco usuais e por turnos	53
4.8-Trabalhadores por conta de outrem, com e sem contrato permanente	53
4.9-Taxa de desemprego, por região (NUTS II).....	54
4.10-Taxa de desemprego, por grupo etário e sexo.....	55
4.11-População desempregada, de longa duração (12 meses e mais), em percentagem do desemprego total	56
4.12-Movimentos (administrativos) da procura e da oferta de emprego, no Continente	57
4.13-Número de greves, de trabalhadores envolvidos, e número de dias perdidos, como consequência de greves efectuadas	58
4.14-Acidentes de trabalho, segundo a consequência.....	59
4.15-Distribuição percentual dos acidentes de trabalho, por ramo de actividade económica	60
5-RENDIMENTO E PREÇOS.....	61
5.1-Produto interno bruto (PIB) e PIB per capita.....	63
5.2-Percentagem das remunerações no PIB.....	63
5.3-Rendimento disponível bruto (RDB), consumo e poupança das famílias	64
5.4-Remuneração média mensal base e ganho dos trabalhadores por conta de outrém, por sexo, no Continente.....	64
5.5- Remuneração média mensal base e ganho dos trabalhadores por conta de outrém, por actividade económica, no Continente.....	65

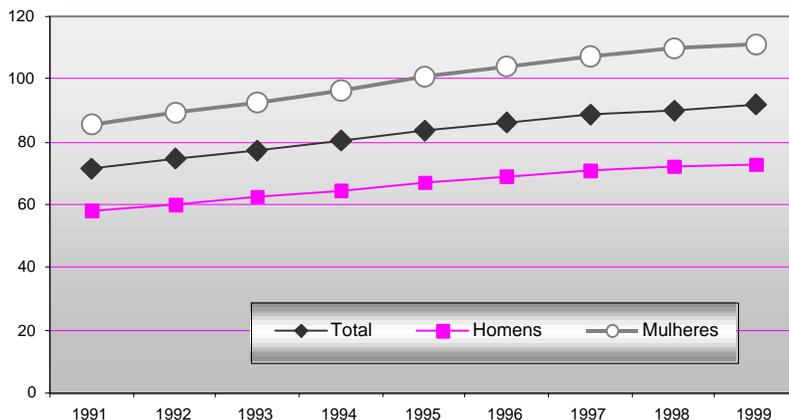
5.6-Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrém, por níveis de qualificação, no Continente	66
5.7-Remuneração mínima mensal	67
5.8-Índice de preços no consumidor, por classes - nacional.....	68
6-SEGURANÇA E CRIMINALIDADE	69
6.1-Crimes registados pelas autoridades	71
6.2-Crimes de condução com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 gramas/litro, registados pelas autoridades	72
6.3-Crimes de furto de/em veículos, registados pelas autoridades	73
6.4-Crimes de homicídio voluntário e negligente (com excepção de acidentes de viação), registados pelas autoridades	74
6.5-Crimes de homicídio por negligência em acidentes de viação.....	75
6.6-Reclusos existentes em 31 de Dezembro nos estabelecimentos prisionais comuns, segundo a situação penal	76
7-PROTECÇÃO SOCIAL	77
7.1-Receitas da protecção social, por natureza	79
7.2-Despesas da protecção social per capita e em percentagem do PIB	80
7.3-Prestações de protecção social, por grupos de funções	81
7.4-Prestações de protecção social, por funções	82
7.5-Beneficiários, por tipo de prestação, segundo os grupos de funções	84
8-SAÚDE.....	85
8.1-Despesa das administrações públicas em saúde e em percentagem do PIB	87
8.2-Pessoal de saúde - médicos	87
8.3-Estabelecimentos de saúde (hospitais e centros de saúde).....	88
8.4-Número de camas, internamentos e demora média, nos hospitais e centros de saúde.....	89
8.5-Óbitos, segundo as principais causas de morte (CID-9 ^a Revisão).....	90
8.6-Óbitos por sida, segundo o sexo	91
8.7-Óbitos por acidentes de circulação rodoviária (E471, E472), segundo o sexo	92

9- AMBIENTE E CONFORTO	93
9.1-Despesa das administrações públicas em gestão e protecção do ambiente, em percentagem do PIB.....	94
9.2-Despesa dos municípios em gestão e protecção do ambiente, em percentagem da despesa total.....	95
9.3-Número médio de divisões por agregado	96
9.4-Alguns bens de equipamento das famílias	96
9.5-Consumo de água per capita	97
9.6-Abastecimento de água e águas residuais	98
9.7-População servida com abastecimento de água domiciliário, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos	100
9.8-Resíduos sólidos municipais - produção anual per capita	101
9.9-Taxa de recuperação de resíduos sólidos municipais	101
9.10-Emissão de poluentes, per capita	102
9.11-Emissão de poluentes, por unidade do PIB.....	103
9.12-População pertencente a uma associação de defesa do ambiente, por 1000 habitantes	104
9.13-Número de reclamações por tipo de poluição	104
10-CULTURA E LAZER.....	105
10.1-Despesa das administrações públicas em serviços recreativos e culturais por sub-sector institucional.....	107
10.2-Espectáculos públicos: total, cinema - sessões e espectadores	108
10.3-Número de visitantes a museus, monumentos e sítios, jardins e aquário.....	109
10.4-Livros - número de títulos editados	110
10.5-Consultas em bibliotecas	110
10.6-Indivíduos que viajaram por motivo de lazer, recreio e férias, no total da população com 15 anos ou mais, por sexo	111
10.7-Dormidas de residentes em estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e colónias de férias	112
ANEXO	113
Conceitos	115

1. POPULAÇÃO

- Após dois anos consecutivos com um valor constante, a taxa de natalidade registou em 1999 uma ligeira subida, fixando-se em 11,61%.
- Continua a verificar-se o envelhecimento da população: em 1991, havia 71 indivíduos com 65 e mais anos para cada 100 jovens (0-14 anos); em 1999 este valor passa para 92. Esta tendência tem maior amplitude nas mulheres do que nos homens.
- No período compreendido entre 1995 e 1999, a população estrangeira com residência legal em Portugal, tem registado um crescimento continuado, tendo contribuído para esta evolução fundamentalmente, a população proveniente de outros países da Europa. Todavia, a população estrangeira, apenas representa 2 % da população total.

Índice de envelhecimento



Fonte: INE-Estimativas da População Residente

1.1-População residente, por sexo

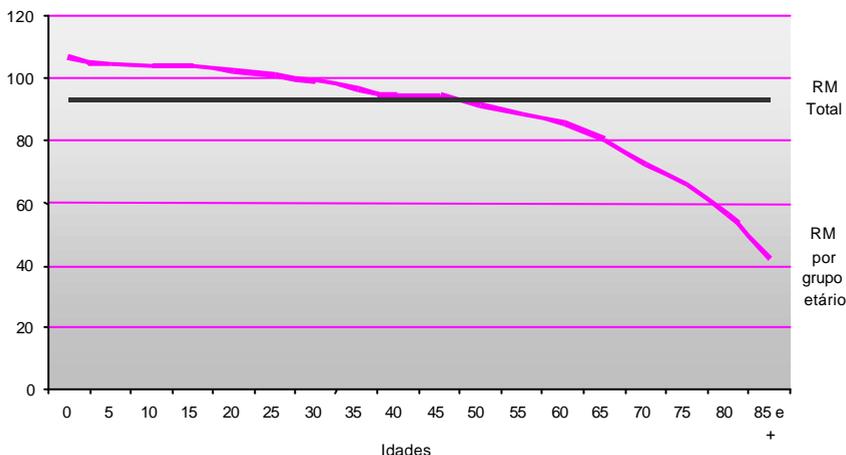
Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total					
População média	9 916 450	9 927 440	9 945 690	9 968 360	9 988 520
População residente em 31-XII	9 920 760	9 934 110	9 957 270	9 979 450	9 997 590
HOMENS					
População média	4 775 570	4 780 550	4 789 080	4 799 860	4 809 470
População residente em 31-XII	4 777 480	4 783 610	4 794 550	4 805 170	4 813 760
MULHERES					
População média	5 140 880	5 146 890	5 156 610	5 168 500	5 179 050
População residente em 31-XII	5 143 280	5 150 500	5 162 720	5 174 280	5 183 830

Relação de masculinidade (RM)

1999

Unidade: %



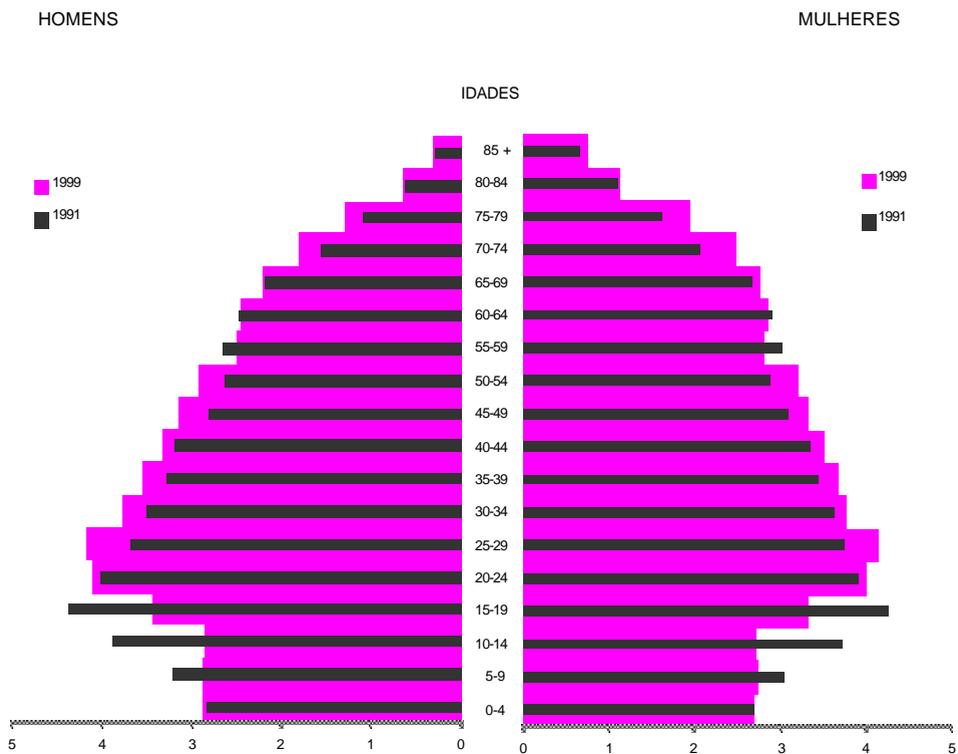
Fonte: INE-Estimativas de População Residente

1.2-Estrutura da população residente, por sexo e grupo etário

Grupo etário	1995		1996		1997		1998		1999	
	n.º	%								
Total	9 920 760	100,0	9 934 110	100,0	9 957 270	100,0	9 979 450	100,0	9 997 590	100,0
0-14	1 744 600	17,6	1 716 760	17,3	1 695 630	17,0	1 681 540	16,9	1 673 610	16,7
15-64	6 719 610	67,7	6 739 810	67,8	6 760 830	67,9	6 778 900	67,9	6 790 140	67,9
65 e mais anos	1 456 550	14,7	1 477 540	14,9	1 500 810	15,1	1 519 010	15,2	1 533 840	15,4
65-74	900 500	9,1	910 880	9,2	921 550	9,3	926 060	9,3	926 920	9,3
75 e mais anos	556 050	5,6	566 660	5,7	579 260	5,8	592 950	5,9	606 920	6,1
Homens	4 777 480	100,0	4 783 610	100,0	4 794 550	100,0	4 805 170	100,0	4 813 760	100,0
0-14	893 080	18,7	879 750	18,4	869 140	18,1	861 870	17,9	857 840	17,8
15-64	3 284 270	68,7	3 296 070	68,9	3 309 390	69,0	3 321 440	69,1	3 329 520	69,1
65 e mais anos	600 130	12,6	607 790	12,7	616 020	12,8	621 860	12,9	626 400	13,1
65-74	393 630	8,2	397 210	8,3	401 010	8,4	402 310	8,4	402 070	8,4
75 e mais anos	206 500	4,3	210 580	4,4	215 010	4,5	219 550	4,6	224 330	4,7
Mulheres	5 143 280	100,0	5 150 500	100,0	5 162 720	100,0	5 174 280	100,0	5 183 830	100,0
0-14	851 520	16,6	837 010	16,3	826 490	16,0	819 670	15,8	815 770	15,7
15-64	3 435 340	66,8	3 443 740	66,9	3 451 440	66,9	3 457 460	66,8	3 460 620	66,8
65 e mais anos	856 420	16,7	869 750	16,9	884 790	17,1	897 150	17,3	907 440	17,5
65-74	506 870	9,9	513 670	10,0	520 540	10,1	523 750	10,1	524 850	10,1
75 e mais anos	349 550	6,8	356 080	6,9	364 250	7,1	373 400	7,2	382 590	7,4

Fonte: INE-Estimativas de População Residente

Pirâmide etária (*) em 31-XII-1991 e 31-XII-1999



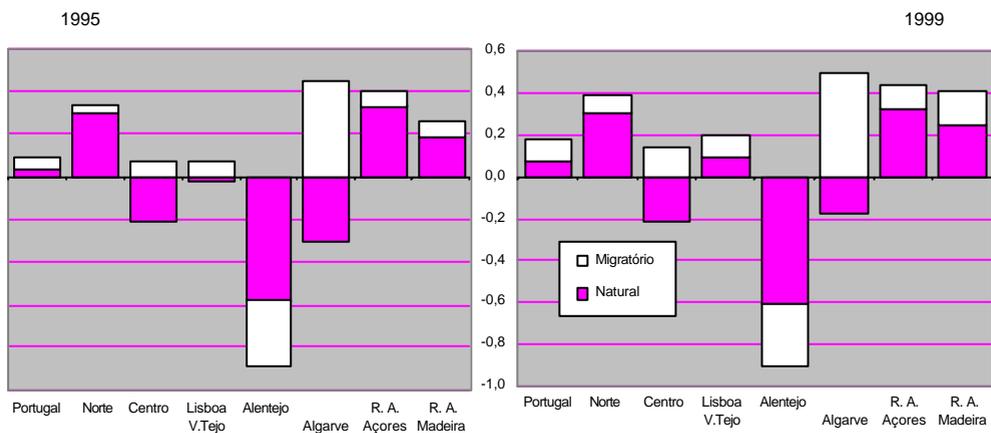
(*) Em percentagem da população residente total.

Fonte: INE-Estimativas de População Residente

1.3-Taxa de crescimento efectivo, por região (NUTS II)

Unidade: %

	1995		1996		1997		1998		1999	
	Natural	Migra-tório								
Portugal	0,04	0,05	0,03	0,10	0,08	0,15	0,07	0,15	0,08	0,10
Continente	0,02	0,05	0,02	0,10	0,07	0,15	0,06	0,15	0,07	0,10
Norte	0,30	0,04	0,31	0,09	0,35	0,13	0,33	0,13	0,31	0,08
Centro	-0,21	0,07	-0,21	0,14	-0,18	0,20	-0,20	0,20	-0,21	0,14
Lisboa V. Tejo	-0,02	0,07	-0,02	0,11	0,04	0,16	0,04	0,16	0,09	0,11
Alentejo	-0,58	-0,31	-0,66	-0,29	-0,56	-0,26	-0,61	-0,26	-0,61	-0,29
Algarve	-0,30	0,44	-0,27	0,50	-0,19	0,56	-0,19	0,56	-0,18	0,49
R. A. Açores	0,33	0,07	0,34	0,12	0,28	0,19	0,30	0,18	0,32	0,12
R. A. Madeira	0,19	0,07	0,12	0,17	0,21	0,26	0,19	0,26	0,25	0,16

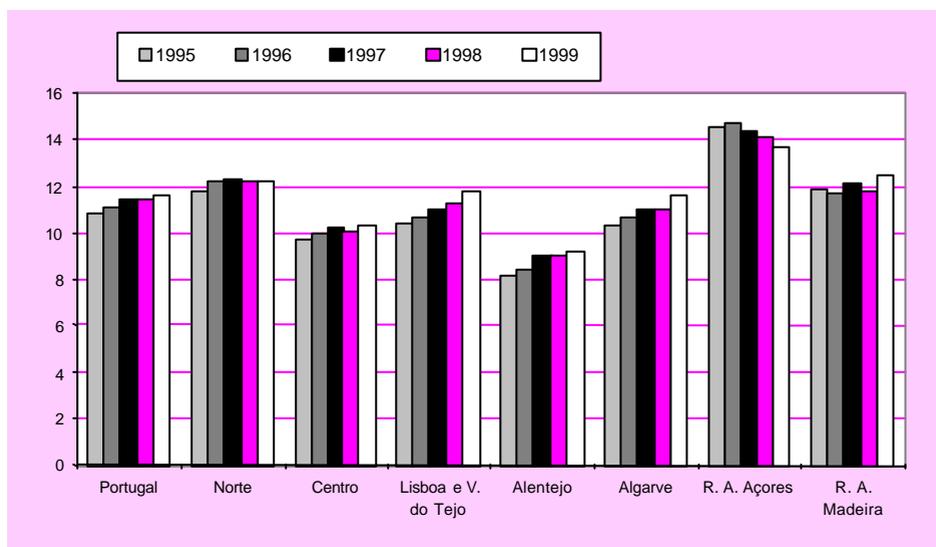


Fonte: INE-Estimativas de População Residente

1.4-Nados-vivos e taxa de natalidade, por região (NUTS II)

	1995		1996		1997		1998		1999	
	Nados-vivos	Taxa de natalidade								
	n.º	p/1000								
Portugal	107 097	10,8	110 261	11,1	112 933	11,4	113 384	11,4	116 002	11,6
Continente	100 537	10,7	103 668	11,0	106 299	11,3	106 857	11,3	109 381	11,5
Norte	41 759	11,8	43 092	12,2	43 817	12,3	43 469	12,2	43 687	12,2
Centro	16 614	9,7	17 087	10,0	17 386	10,2	17 234	10,1	17 599	10,3
Lisboa V. Tejo	34 278	10,4	35 435	10,7	36 628	11,0	37 695	11,3	39 369	11,8
Alentejo	4 317	8,2	4 364	8,4	4 639	9,0	4 619	9,0	4 660	9,2
Algarve	3 569	10,3	3 690	10,7	3 829	11,0	3 840	11,0	4 066	11,6
R. A. Açores	3 490	14,5	3 554	14,7	3 500	14,4	3 439	14,1	3 362	13,7
R. A. Madeira	3 057	11,9	3 021	11,7	3 119	12,1	3 078	11,8	3 250	12,5

Taxa de natalidade por região (NUTS II)

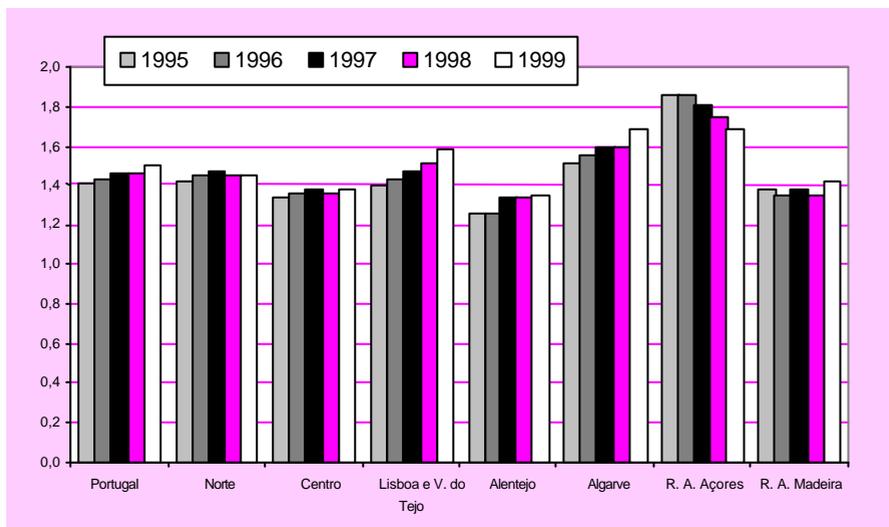


Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

1.5-Índice sintético de fecundidade, por região (NUTS II)

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Portugal	1,41	1,44	1,46	1,46	1,50
Continente	1,40	1,43	1,46	1,46	1,49
Norte	1,42	1,46	1,47	1,45	1,46
Centro	1,34	1,37	1,38	1,36	1,39
Lisboa e V. do Tejo	1,40	1,44	1,48	1,52	1,59
Alentejo	1,26	1,27	1,35	1,34	1,36
Algarve	1,52	1,56	1,60	1,60	1,68
R. A. Açores	1,86	1,86	1,81	1,75	1,69
R. A. Madeira	1,39	1,35	1,38	1,35	1,42

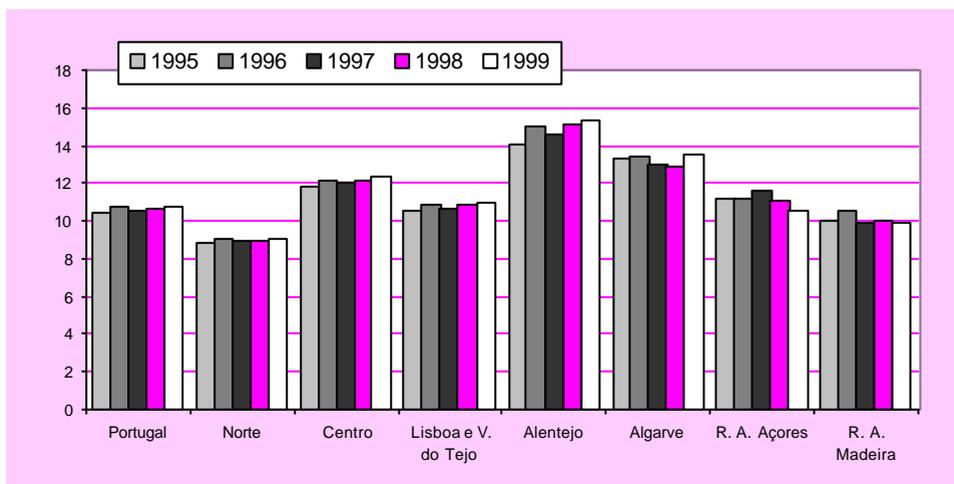


Fonte: INE-Estimativas de População Residente

1.6-Óbitos e taxa de mortalidade, por região (NUTS II)

Regiões	1995		1996		1997		1998		1999	
	Óbitos	Taxa de mortalidade								
	n.º	p/1000								
Portugal	103 475	10,4	106 925	10,8	104 778	10,5	106 198	10,7	107 871	10,8
Continente	98 217	10,4	101 466	10,8	99 355	10,5	100 844	10,6	102 665	10,8
Norte	31 185	8,8	32 128	9,1	31 532	8,9	31 698	8,9	32 585	9,1
Centro	20 204	11,8	20 742	12,1	20 461	12,0	20 686	12,1	21 118	12,4
Lisboa V. Tejo	34 826	10,5	36 137	10,9	35 345	10,7	36 230	10,9	36 477	11,0
Alentejo	7 407	14,1	7 835	15,0	7 522	14,6	7 725	15,1	7 776	15,3
Algarve	4 595	13,3	4 624	13,4	4 495	13,0	4 505	12,9	4 709	13,5
R. A. Açores	2 694	11,2	2 718	11,2	2 811	11,6	2 713	11,1	2 577	10,5
R. A. Madeira	2 564	10,0	2 697	10,5	2 566	9,9	2 590	10,0	2 591	9,9

Taxa de mortalidade, por região (NUTS II)

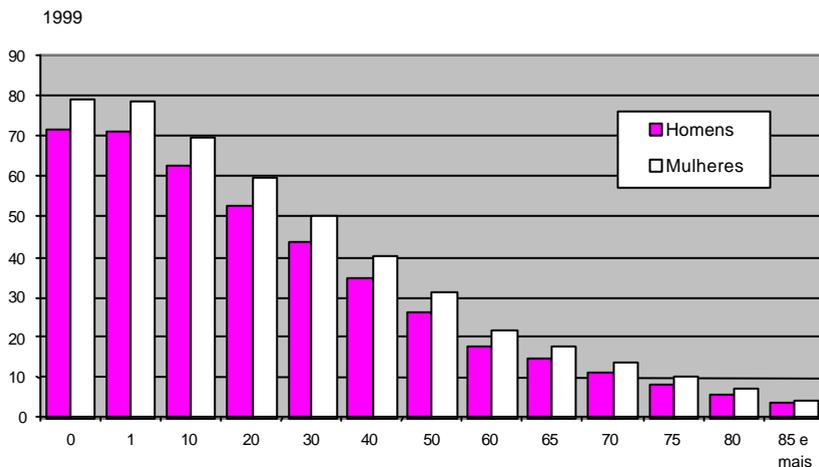


Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

1.7-Esperança de vida (em anos), por grandes grupos etários e sexo

Unidade: Número de anos

Grupo etário	1995		1996		1997		1998		1999	
	Homens	Mulheres								
0	71,35	78,57	71,18	78,55	71,64	78,76	71,72	78,90	71,82	78,93
1	70,93	78,08	70,71	78,02	71,14	78,23	71,20	78,32	71,28	78,34
10	62,22	69,32	61,98	69,27	62,39	69,45	62,46	69,58	62,52	69,56
20	52,66	59,51	52,42	59,47	52,81	59,66	52,89	59,77	52,92	59,75
30	43,68	49,82	43,39	49,73	43,73	49,95	43,77	50,07	43,79	50,04
40	34,75	40,21	34,47	40,19	34,85	40,40	34,82	40,50	34,86	40,45
50	26,03	30,86	25,79	30,85	26,12	31,09	26,12	31,12	26,14	31,08
60	17,94	21,91	17,78	21,88	18,02	22,13	18,00	22,12	17,99	22,08
65	14,35	17,67	14,19	17,62	14,41	17,86	14,32	17,85	14,31	17,80
70	11,11	13,64	10,94	13,62	11,13	13,84	11,03	13,77	11,00	13,74
75	8,25	10,05	8,08	10,00	8,25	10,17	8,12	10,13	8,06	10,04
80	5,81	7,01	5,57	6,85	5,66	6,96	5,51	6,88	5,47	6,79
85 e mais	3,92	4,60	3,73	4,44	3,70	4,53	3,50	4,31	3,39	4,19



Fonte: INE-Estimativas de População Residente

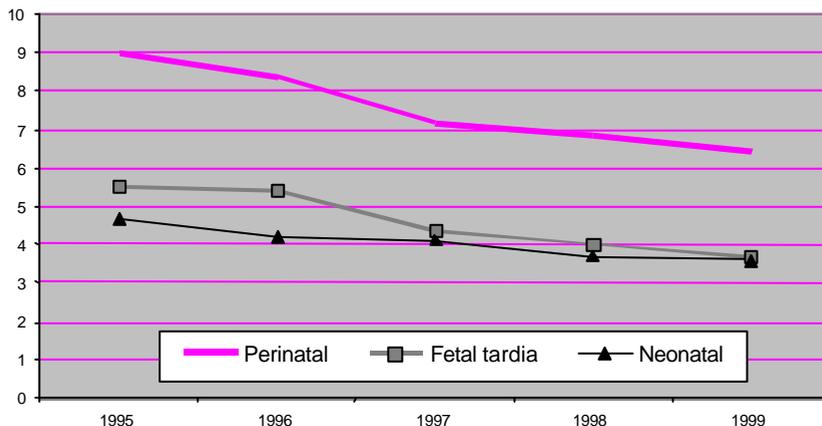
1.8-Taxa de mortalidade infantil, por região (NUTS II)

Unidade: P/1000

	1995	1996	1997	1998	1999
Portugal	7,4	6,9	6,4	6,0	5,6
Continente	7,3	6,6	6,2	5,8	5,4
Norte	8,4	7,8	7,1	6,4	6,5
Centro	6,0	5,3	5,6	4,4	4,5
Lisboa e V. do Tejo	6,4	6,0	5,8	5,9	4,7
Alentejo	8,6	5,3	5,2	4,5	4,1
Algarve	7,3	5,4	6,0	8,1	4,9
R. A. Açores	8,9	7,9	10,6	4,9	9,5
R. A. Madeira	10,8	11,9	6,7	10,4	5,2

Taxa de mortalidade perinatal, neonatal e fetal tardia

Perinatal	9,0	8,4	7,2	6,8	6,4
Neonatal	4,7	4,2	4,1	3,7	3,6
Fetal tardia	5,5	5,4	4,4	4,0	3,7



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

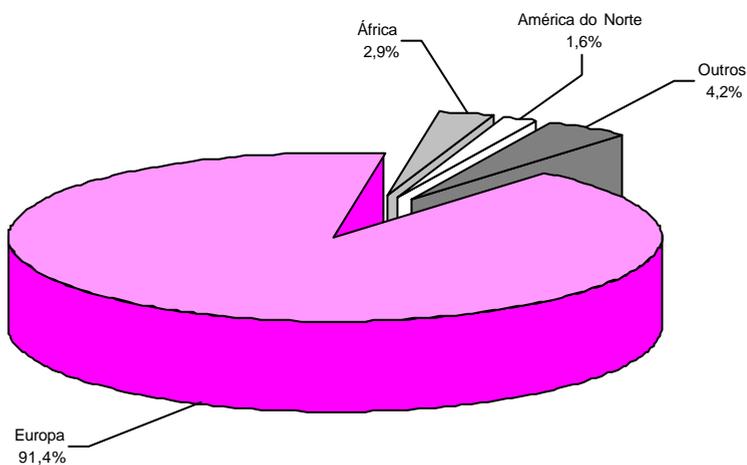
1.9—Emigrantes, por região de destino

Unidade: n.º

	1995	1996	1997*	1998*	1999
Total	22 579	29 066	36 935	22 196	28 079
Europa	20 770	27 829	33 982	18 935	25 652
África	986	454	1 083	803	813
América do Norte	x	321	1 302	2 213	437
Outros	x	462	568	245	1 177

* Estrangeiros não incluídos

1999



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

1.10-População estrangeira: Pedidos e cessações de residência

Pedidos

Nacionalidade	1995		1996		1997		1998		1999	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	5 025	100,0	3 644	100,0	3 298	100,0	7 800	100,0	14 476	100,0
Europa	2 719	54,1	2 191	60,1	2 095	63,5	3 392	43,5	5 010	34,6
África	896	17,8	591	16,2	406	12,3	2 565	32,9	6 956	48,1
Angola	287	5,7	119	3,3	36	1,1	505	6,5	1 191	8,2
Cabo Verde	294	5,9	274	7,5	219	6,6	1 276	16,4	3 591	24,8
Guiné Bissau	132	2,6	92	2,5	54	1,6	370	4,7	1 207	8,3
Moçambique	36	0,7	17	0,5	15	0,5	72	0,9	125	0,9
S. Tomé e Príncipe	52	1,0	31	0,9	30	0,9	174	2,2	410	2,8
Outros	95	1,9	58	1,6	52	1,6	168	2,2	432	3,0
América Central e do Sul	873	17,4	457	12,5	428	13,0	1 035	13,3	1 727	11,9
América do Norte	366	7,3	255	7,0	263	8,0	422	5,4	249	1,7
Ásia	160	3,2	135	3,7	96	2,9	364	4,7	506	3,5
Outros	11	0,2	15	0,4	10	0,3	22	0,3	27	0,2
Desconhecida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Cessações

Nacionalidade	1995		1996		1997		1998		1999	
	N.º	%								
Total	2 894	100,0	2 373	100,0	2 563	100,0	4 926	100,0	1 717	100,0
Europa	584	20,2	484	20,4	402	15,7	1 079	21,9	338	19,7
África	693	23,9	451	19,0	487	19,0	1 217	24,7	507	29,5
Angola	146	5,0	97	4,1	114	4,4	205	4,2	92	5,4
Cabo Verde	283	9,8	188	7,9	232	9,1	611	12,4	248	14,4
Guiné Bissau	108	3,7	44	1,9	40	1,6	160	3,2	62	3,6
Moçambique	47	1,6	42	1,8	35	1,4	73	1,5	47	2,7
S. Tomé e Príncipe	28	1,0	19	0,8	25	1,0	67	1,4	26	1,5
Outros	81	2,8	61	2,6	41	1,6	101	2,1	32	1,9
América Central e do Sul	974	33,7	864	36,4	961	37,5	1 577	32,0	488	28,4
América do Norte	554	19,1	515	21,7	618	24,1	901	18,3	325	18,9
Ásia	81	2,8	48	2,0	87	3,4	137	2,8	53	3,1
Outros	8	0,3	11	0,5	8	0,3	15	0,3	5	0,3
Desconhecida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

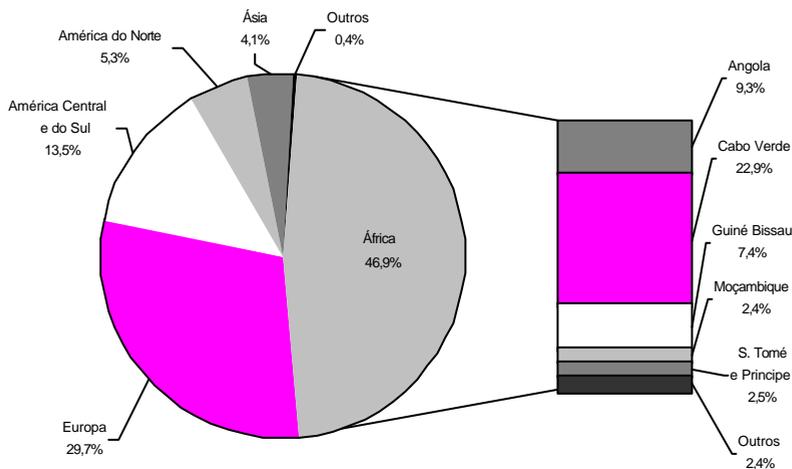
Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

1.11-População estrangeira com residência legal em Portugal

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	168 316	172 912	175 263	178 137	190 896
Europa	44 867	47 315	49 745	52 060	56 733
África	79 231	81 176	81 717	83 065	89 514
Angola	15 829	16 282	16 296	16 596	17 695
Cabo Verde	38 746	39 546	39 789	40 454	43 797
Guiné Bissau	12 291	12 639	12 785	12 995	14 140
Moçambique	4 368	4 413	4 426	4 425	4 503
S. Tomé e Príncipe	4 082	4 234	4 304	4 411	4 795
Outros	3 915	4 062	4 117	4 184	4 584
América Central e do Sul	25 867	25 733	25 121	24 579	25 818
América do Norte	10 853	10 783	10 726	10 247	10 171
Ásia	6 730	7 140	7 194	7 419	7 871
Outros	768	765	760	767	789

1999

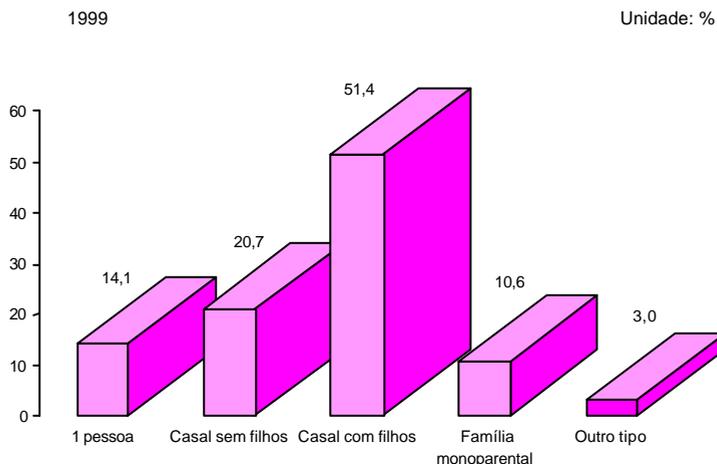


Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

2. FAMÍLIAS

- Embora mantendo-se como predominante a família tradicional (casal com filhos), a sua estrutura tem vindo todavia a alterar-se, registando-se um crescimento das famílias com um único filho, em detrimento das famílias numerosas.
- Em 1991, em cada 100 nascimentos, 16 resultavam de progenitores não casados legalmente; com um crescimento sustentado, em 1999 este valor sobe para 21.
- Na década de 70, os casamentos celebrados atingiram um valor médio de 86 595, com um pico em 1975, cujo valor foi da ordem dos 103 125. Passados trinta anos, o número de casamentos celebrados na década de 90 ficou-se por um valor quase 30% mais baixo – 67 805, sendo 1999 o ano que registou o valor mais elevado – 68 710. No que respeita aos divórcios, verifica-se que, se na década de 70 o número médio de divórcios foi calculado em 3023, na década de 90 este valor médio cresceu quatro vezes, fixando-se em 13 072.

Tipologia de família



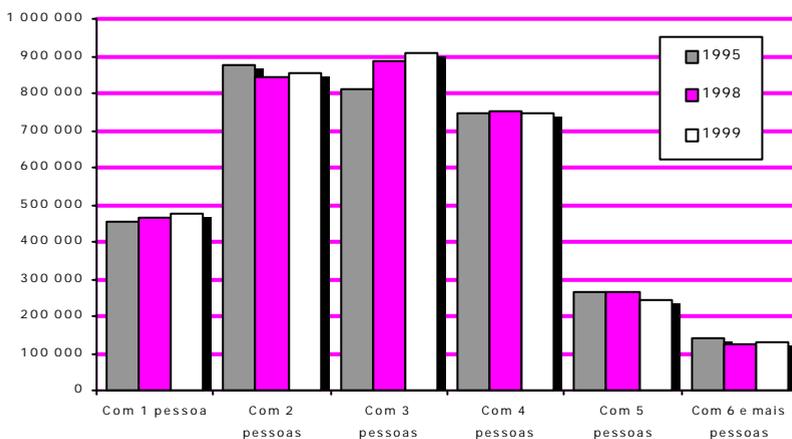
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

2.1-Famílias, segundo a dimensão

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total de famílias	3 296 090	3 363 546	3 416 699	3 334 465	3 363 410
Com 1 pessoa	455 589	498 616	542 960	466 804	477 038
Com 2 pessoas	875 318	914 251	955 380	843 399	856 574
Com 3 pessoas	811 882	828 728	820 340	885 492	908 244
Com 4 pessoas	748 059	729 849	707 334	748 943	748 238
Com 5 pessoas	263 520	261 333	254 764	263 326	244 868
Com 6 e mais pessoas	141 720	130 768	135 921	126 502	128 449

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.



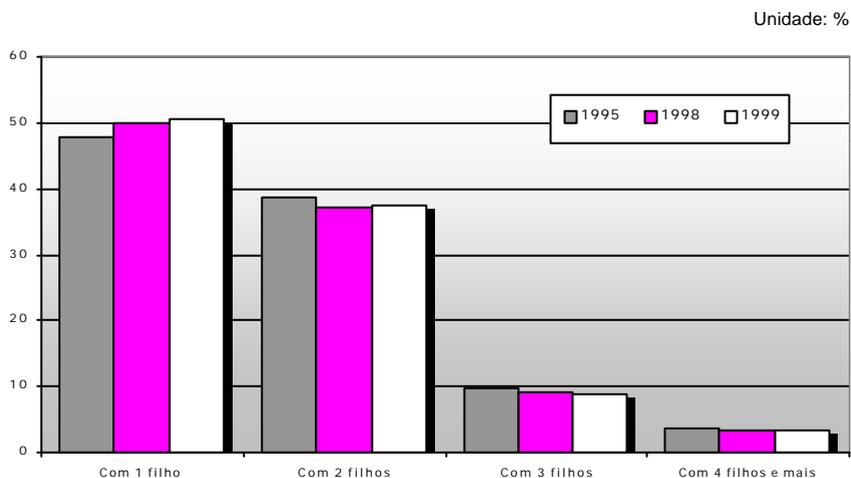
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

2.2-Famílias, segundo o número de filhos

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total de famílias	3 296 090	3 363 546	3 416 699	3 334 465	3 363 410
Famílias com filhos	2 012 077	1 993 021	1 960 759	2 087 402	2 101 890
Com 1 filho	962 591	976 566	977 311	1 044 617	1 060 554
Com 2 filhos	777 851	749 458	728 032	777 406	788 734
Com 3 filhos	196 727	196 814	183 183	193 806	185 284
Com 4 e mais filhos	74 908	70 183	72 233	71 573	67 318

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.



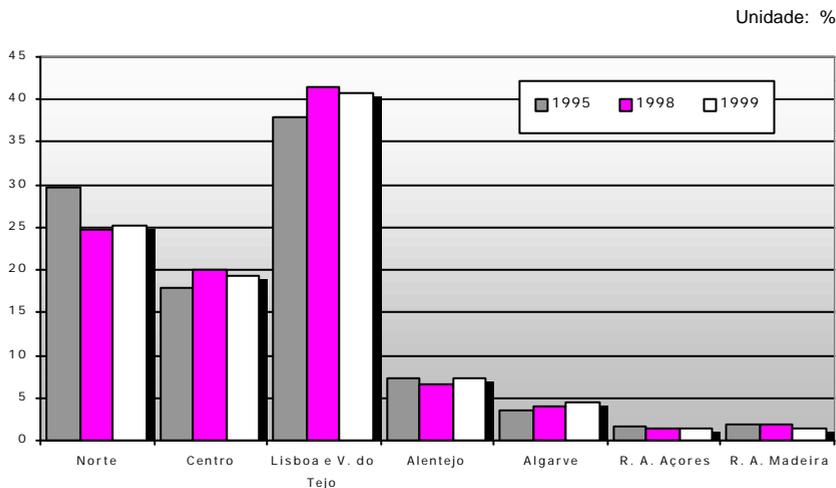
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

2.3-Famílias com 1 pessoa, por região (NUTS II)

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Portugal	455 589	498 616	542 960	466 804	477038
Continente	439 551	479 690	524 520	451 940	463346
Norte	135 429	143 140	160 974	115 811	119972
Centro	81 935	94 988	114 419	93 434	92548
Lisboa e V. do Tejo	172 546	182 094	189 201	193 316	194755
Alentejo	33 726	37 147	35 528	30 623	34952
Algarve	15 914	22 321	24 397	18 756	21119
R. A. Açores	7 900	9 459	9 106	6 306	6446
R. A. Madeira	8 138	9 467	9 334	8 558	7246

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.



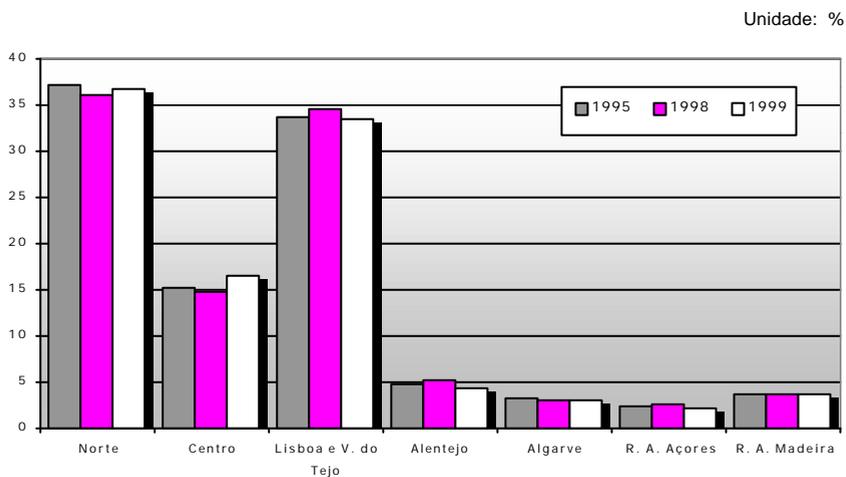
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

2.4-Famílias monoparentais, por região (NUTS II)

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Portugal	315 715	330 595	339 673	330 683	357 774
Continente	296 948	309 753	319 063	309 980	337 379
Norte	117 550	127 877	133 019	119 108	131 685
Centro	48 136	46 775	47 263	49 212	58 977
Lisboa e V. do Tejo	106 395	111 105	113 527	114 618	119 910
Alentejo	14 840	12 688	13 411	17 214	15 871
Algarve	10 026	11 308	11 843	9 828	10 936
R. A. Açores	7 272	7 831	8 034	8 324	7 438
R. A. Madeira	11 495	13 010	12 577	12 380	12 956

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.

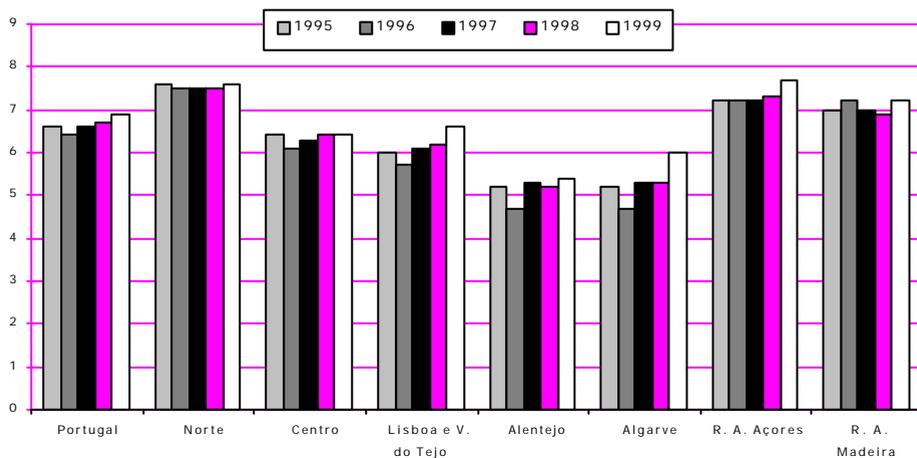


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

2.5-Casamentos e taxa de nupcialidade, por região (NUTS II)

	1995		1996		1997		1998		1999	
	Casa- mentos	Taxa de nupcia- lidade								
	n.º	p/1000								
Portugal	65 776	6,6	63 672	6,4	65 770	6,6	66 598	6,7	68 710	6,9
Continente	62 236	6,6	60 069	6,4	62 143	6,6	63 028	6,7	64 935	6,9
Norte	26 750	7,6	26 498	7,5	26 650	7,5	26 758	7,5	27 278	7,6
Centro	10 982	6,4	10 516	6,1	10 811	6,3	11 007	6,4	10 905	6,4
Lisboa V. Tejo	19 970	6,0	18 958	5,7	20 082	6,1	20 760	6,2	21 907	6,6
Alentejo	2 727	5,2	2 469	4,7	2 753	5,3	2 662	5,2	2 744	5,4
Algarve	1 807	5,2	1 628	4,7	1 847	5,3	1 841	5,3	2 101	6,0
R. A. Açores	1 729	7,2	1 752	7,2	1 820	7,2	1 786	7,3	1 893	7,7
R. A. Madeira	1 811	7,0	1 851	7,2	1 807	7,0	1 784	6,9	1 882	7,2

Taxa de nupcialidade, por região (NUTS II)



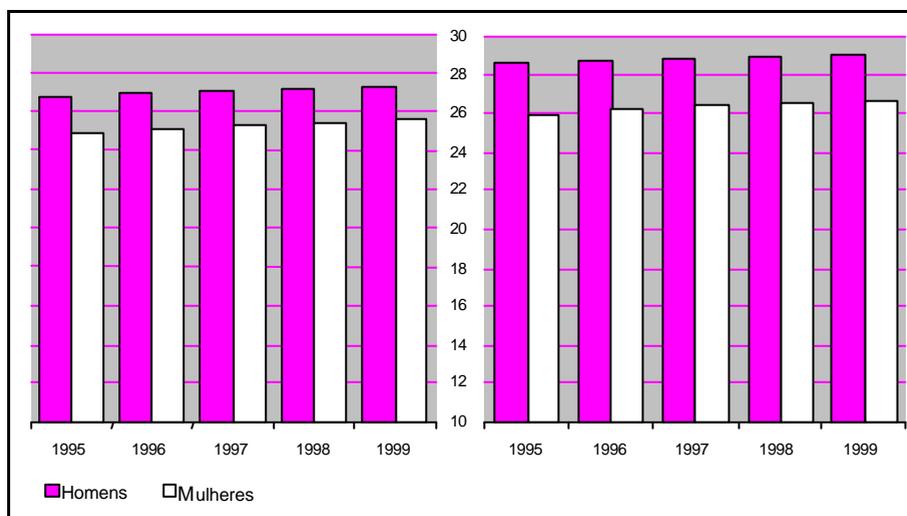
Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

2.6-Idade média (em anos) ao casamento, por sexo

	1995	1996	1997	1998	1999
Idade ao 1º casamento					
Homens	26,8	27,0	27,1	27,2	27,3
Mulheres	24,9	25,1	25,3	25,4	25,6
Idade ao casamento					
Homens	28,6	28,8	28,9	29,0	29,1
Mulheres	25,9	26,2	26,4	26,5	26,6

Idade ao 1.º casamento

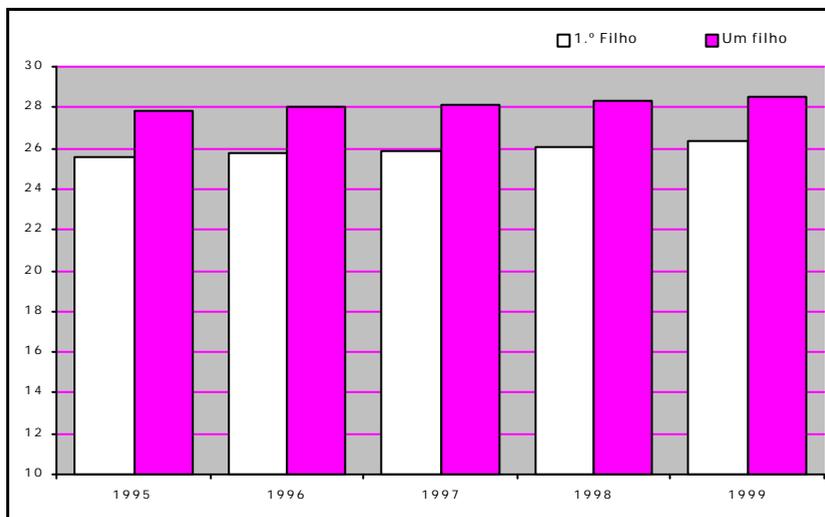
Idade ao casamento



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

**2.7-Idade média (em anos), das mulheres
à maternidade**

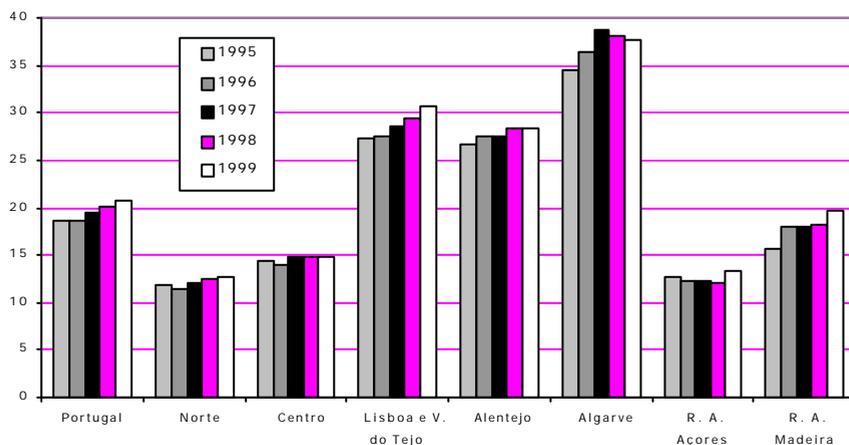
	1995	1996	1997	1998	1999
1.º Filho	25,6	25,8	25,9	26,1	26,4
Um filho	27,8	28,0	28,1	28,3	28,5



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

2.8-Percentagem de nascimentos fora do casamento, por região (NUTS II)

	1995	1996	1997	1998	1999
Portugal	18,6	18,7	19,5	20,1	20,8
Continente	18,9	19,8	19,8	20,4	21,1
Norte	11,8	11,4	12,1	12,4	12,7
Centro	14,4	13,9	14,8	14,8	14,8
Lisboa e V. do Tejo	27,3	27,5	28,5	29,5	30,7
Alentejo	26,6	27,6	27,5	28,4	28,4
Algarve	34,6	36,4	38,7	38,0	37,6
R. A. Açores	12,7	12,3	12,4	12,0	13,3
R. A. Madeira	15,6	17,9	18,1	18,2	19,6

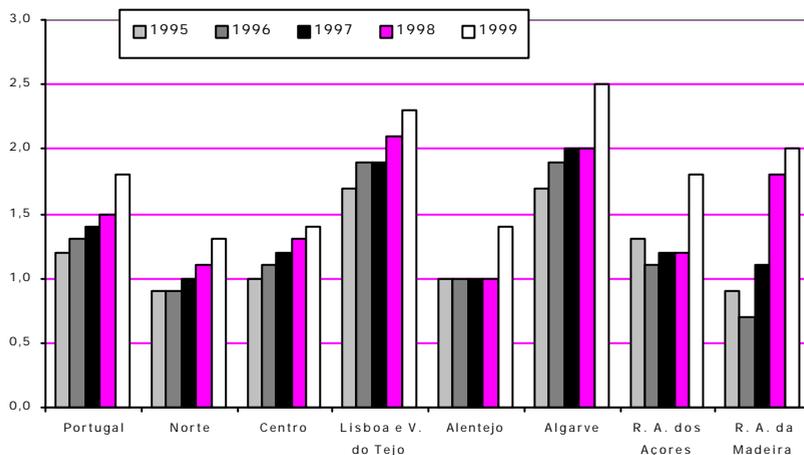


Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

2.9-Divórcios e taxa de divorcialidade, por região (NUTS II)

	1995		1996		1997		1998		1999	
	Divórcios	Taxa de divórcio								
	n.º	p/1000								
Portugal	12 156	1,2	13 245	1,3	13 927	1,4	15 098	1,5	17 676	1,8
Continente	11 622	1,2	12 813	1,4	13 369	1,4	14 331	1,5	16 720	1,8
Norte	3 176	0,9	3 324	0,9	3 667	1,0	3 994	1,1	4 828	1,4
Centro	1 706	1,0	1 957	1,1	2 041	1,2	2 174	1,3	2 554	1,5
Lisboa V. Tejo	5 597	1,7	6 359	1,9	6 442	1,9	6 960	2,1	7 741	2,3
Alentejo	542	1,0	526	1,0	529	1,0	524	1,0	722	1,4
Algarve	601	1,7	647	1,9	690	2,0	679	2,0	875	2,5
R. A. Açores	310	1,3	260	1,1	280	1,2	294	1,2	447	1,8
R. A. Madeira	224	0,9	172	0,7	278	1,1	473	1,8	509	2,0

Taxa de divorcialidade, por região (NUTS II)

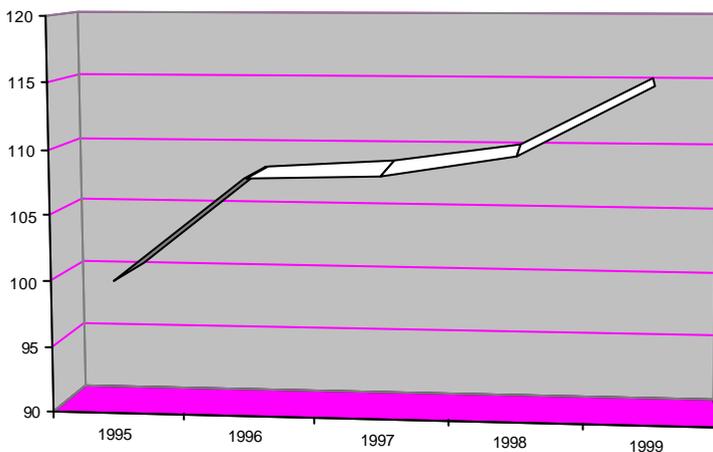


Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

3. EDUCAÇÃO

- No decorrer da década de 90, o nível educacional da população portuguesa, aqui expresso em termos da proporção de indivíduos entre os 15 e os 64 anos, que completaram pelo menos a escolaridade obrigatória, tem vindo a melhorar: com efeito, em 1990 esta proporção foi estimada em 26% passando, em 1999, para 37%.
- Em 1998, mais de 1,2 milhões de jovens estavam matriculados no ensino obrigatório, no Continente.
- Em 1999, para cada 100 indivíduos do sexo masculino a frequentar o ensino superior, existiam 127 indivíduos do sexo feminino.

**Alunos matriculados, no ensino superior
1995=100**



Fonte: Ministério da Educação - DAPP

**3.1-Despesa das administrações públicas
em educação, per capita, e em
percentagem do PIB**

	1995	1996	1997
Total (10 ⁸) Esc.	1 052 889	1 132 556	1 264 598
Per capita (10 ³) Esc.	106,2	114,1	127,2
Em percentagem do PIB	6,5	6,5	6,8

Fonte: INE-Contas Nacionais; Estimativas da População Residente

**3.2-Repatrição da população dos 15 aos 64 anos,
por nível de ensino atingido e sexo**

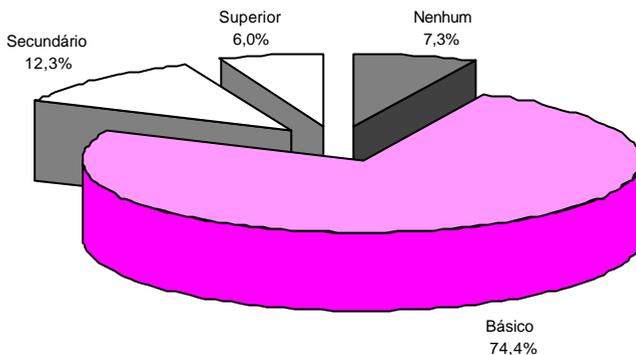
	Unidade: %				
	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nenhum	11,0	10,5	10,3	10,2	10,0
Básico	67,2	67,1	67,6	70,8	70,1
Secundário	12,8	13,5	13,2	12,2	12,8
Superior	8,9	8,9	9,0	6,8	7,1

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.

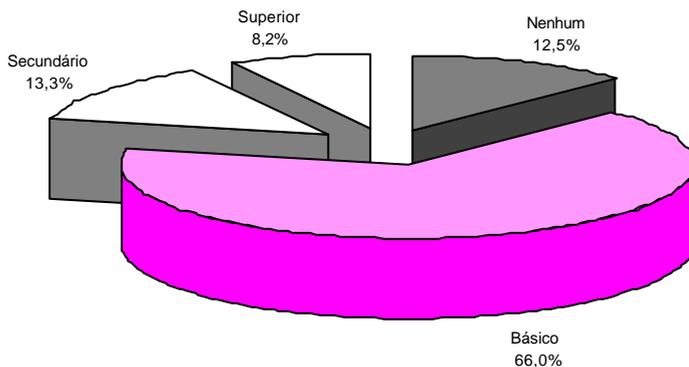
Repartição da população dos 15 aos 64 anos, por nível de ensino atingido e sexo

1999

HOMENS



MULHERES



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

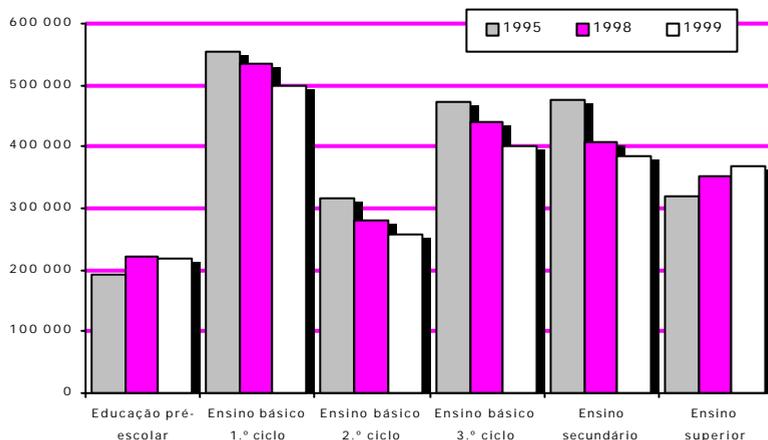
3.3-Alunos matriculados, por nível de ensino*

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Educação pré-escolar	191 023	187 539	200 797	220 288	218 225
Ensino básico 1.º ciclo	552 724	500 823	545 323	533 439	499 351
Ensino básico 2.º ciclo	315 209	284 573	287 373	281 914	258 794
Ensino básico 3.º ciclo	471 816	437 773	453 830	440 094	400 061
Ensino secundário	477 221	437 212	435 757	407 484	384 523
Ensino superior	319 525	344 620	346 034	350 680	367 339

(*) Refere-se ao início de cada ano lectivo

Nota: Dados preliminares para o Continente, de 1997 a 1999.



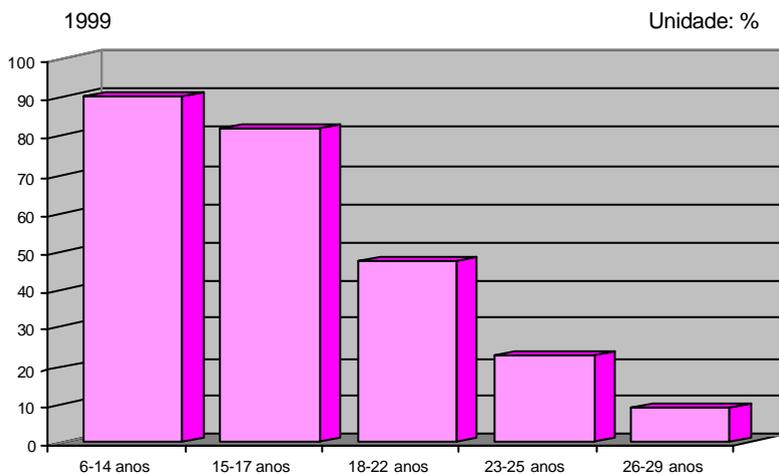
Fonte: Ministério da Educação - DAPP

3.4-Taxa de escolarização da população dos 6 aos 29 anos, por sexo e grupo etário

	Unidade: %				
	1995	1996	1997	1998	1999
Total (6-29 anos)	60,6	60,3	59,3	54,3	53,9
Homens	59,4	58,8	57,5	53,2	52,8
Mulheres	61,8	61,9	61,2	55,4	55,1
Grupo etário:					
6-14 anos	94,9	95,1	95,2	90,4	90,0
15-17 anos	82,1	83,2	81,3	81,8	81,6
18-22 anos	50,5	50,5	49,2	46,4	47,5
23-25 anos	24,1	27,2	26,7	21,0	22,4
26-29 anos	10,0	10,6	10,5	8,7	9,0

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.

Escolarização da população dos 6 aos 29 anos por grupo etário

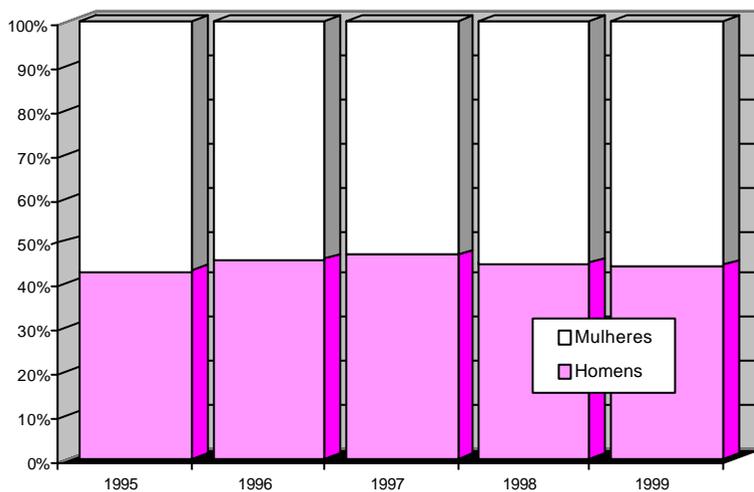


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

3.5-População a frequentar o ensino superior, por sexo

	Unidade: %				
	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	42,8	45,7	46,8	44,5	44,1
Mulheres	57,2	54,3	53,2	55,5	55,9

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

3.6-Pessoal docente, por nível de ensino

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Educação pré-escolar (*)	6 811	7 515	8 735	13 922	13 982
Ensino básico 1.º ciclo (**)	35 747	37 485	37 487	36 365	35 325
Ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário	101 260	113 948	114 947	117 276	117 344
Ensino superior (***)	16 087	16 677	17 778	18 885	x

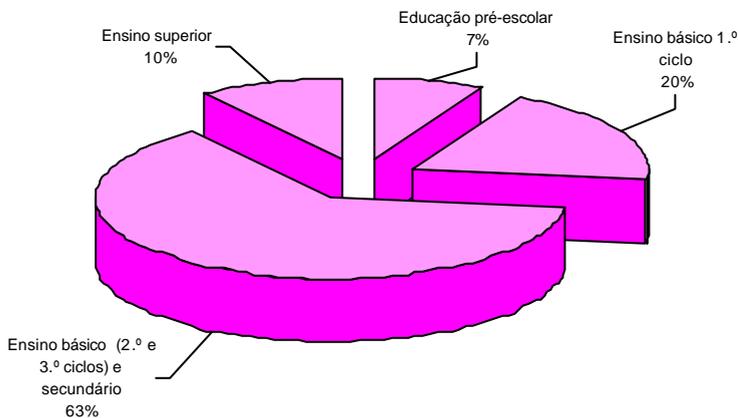
(*) Até 1997 os valores dizem respeito à rede do ME. Em 1998 são educadores da rede do ME e das IPSS.

(**) Inclui os professores em exercício nos estabelecimentos.

(***) Do ensino público.

Nota: Dados preliminares para o Continente, de 1997 a 1999.

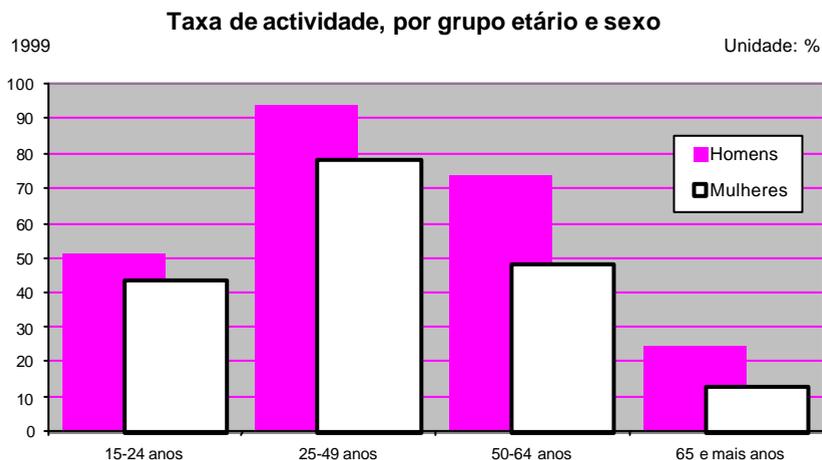
1998



Fonte: Ministério da Educação – DAPP

4. EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

- No total da população empregada, (4 825 milhares de indivíduos em 1999), mais de meio milhão trabalha a tempo parcial, sendo que as mulheres representam mais do dobro dos homens.
- O trabalho sem um contrato permanente cresceu 12,3% entre 98 e 99, tendo sido estimado em 665 950 indivíduos, neste último ano.
- Cada vez se trabalha até mais tarde: entre 1995 e 1999, a taxa de actividade dos indivíduos com 65 ou mais anos, passou de 14,4% para 17,6%, sendo sobretudo os homens que se mantêm a trabalhar.
- Em 1999, a taxa de desemprego registou o valor mais baixo da década. Duas características se mantêm: as mulheres e os jovens são os mais atingidos. O desemprego de longa duração representa, em 1999, 40,3% do desemprego total.



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.1-Estrutura da população activa, por sexo

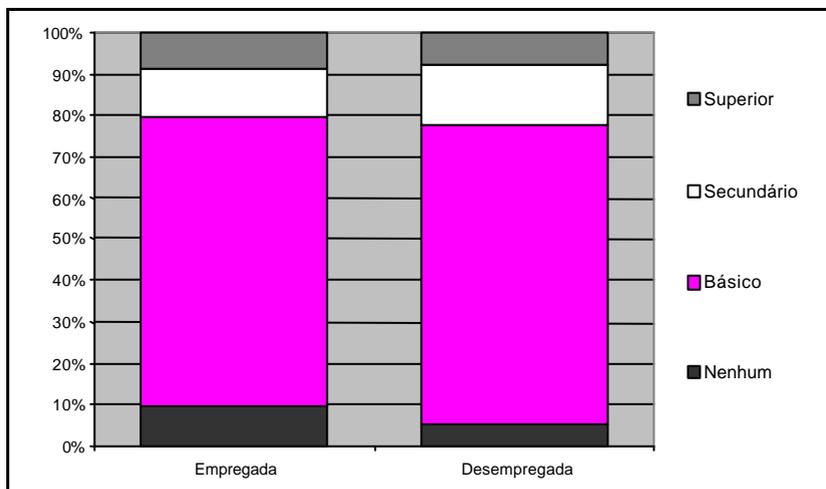
Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	4 754 299	4 788 807	4 854 469	4 986 763	5 046 763
Homens	2 613 247	2 625 859	2 654 305	2 735 909	2 757 284
Mulheres	2 141 053	2 162 948	2 200 163	2 250 853	2 289 478

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive. A partir de 1998 a idade mínima considerada para a população activa é de 15 anos.

População empregada e desempregada, por nível instrução

1999



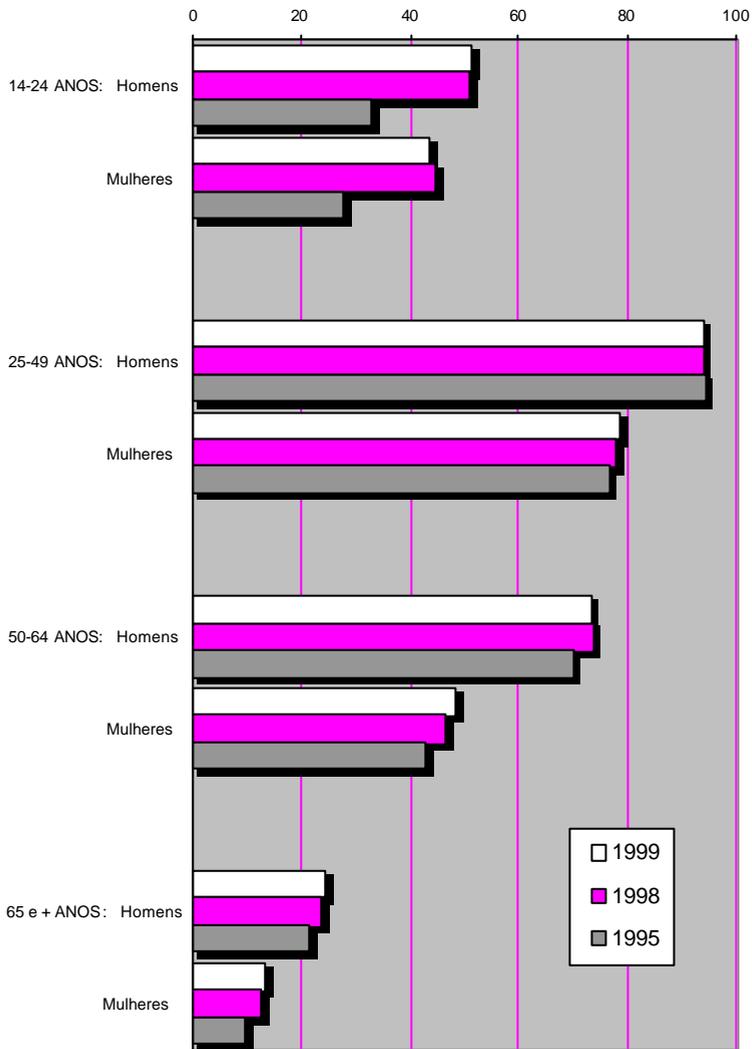
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.2-Taxa de actividade, por grupo etário e sexo

Unidade: %

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	48,3	48,5	49,1	50,0	50,5
Homens	55,3	55,4	56,4	57,0	57,3
Mulheres	41,8	42,2	42,6	43,6	44,2
14-24 anos					
Total	30,2	30,7	32,3	47,6	47,3
Homens	32,6	33,4	35,1	50,7	51,2
Mulheres	27,7	27,8	29,4	44,5	43,4
25-49 anos					
Total	85,0	85,3	85,4	85,7	85,9
Homens	94,3	93,6	93,2	93,9	93,7
Mulheres	76,6	77,8	78,1	77,6	78,3
50-64 anos					
Total	55,8	56,6	58,5	59,0	59,9
Homens	69,9	71,2	72,0	73,5	73,3
Mulheres	42,8	43,8	46,7	46,3	48,2
65 e mais anos					
Total	14,4	15,6	16,1	17,2	17,6
Homens	21,2	23,0	23,6	23,6	24,1
Mulheres	9,4	10,1	10,7	12,5	13,1

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive. A partir de 1998 a idade mínima considerada para a população activa é de 15 anos.



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.3-Estrutura do emprego, por situação na profissão e sexo

Unidade: n.º

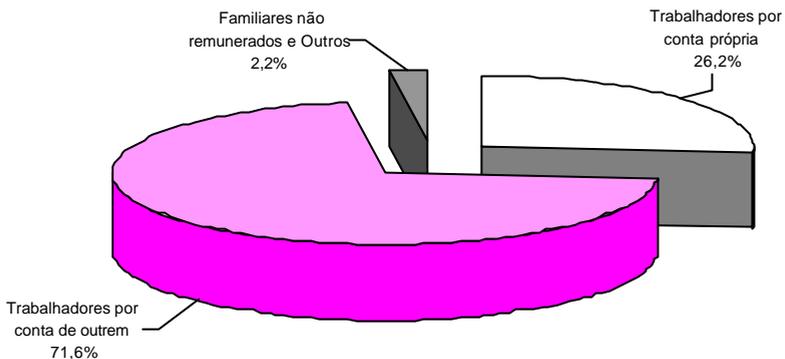
	1995	1996	1997	1998	1999
TOTAL	4 415 901	4 444 861	4 530 362	4 738 818	4 825 166
Trabalhadores por conta própria	1 138 120	1 186 327	1 225 941	1 210 264	1 183 061
Com pessoal ao serviço	282 955	282 131	271 745	289 718	288 266
Sem pessoal ao serviço	855 165	904 196	954 197	920 546	894 795
Trabalhadores por conta de outrem	3 187 605	3 181 656	3 230 182	3 386 265	3 497 317
Familiares não remunerados e Outros	90 176	76 879	74 238	142 289	144 788
HOMENS	2 447 453	2 458 883	2 495 769	2 628 316	2 651 360
Trabalhadores por conta própria	685 101	700 372	709 173	714 250	694 049
Com pessoal ao serviço	212 228	209 380	197 194	215 725	217 008
Sem pessoal ao serviço	472 873	490 991	511 979	498 526	477 041
Trabalhadores por conta de outrem	1 723 265	1 722 352	1 755 302	1 854 651	1 897 699
Familiares não remunerados e Outros	39 087	36 159	31 294	59 415	59 612
MULHERES	1 968 448	1 985 978	2 034 593	2 110 502	2 173 806
Trabalhadores por conta própria	453 019	485 955	516 768	496 014	489 013
Com pessoal ao serviço	70 727	72 751	74 550	73 994	71 258
Sem pessoal ao serviço	382 292	413 204	442 218	422 020	417 755
Trabalhadores por conta de outrem	1 464 340	1 459 303	1 474 880	1 531 614	1 599 617
Familiares não remunerados e Outros	51 089	40 720	42 944	82 874	85 176

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.

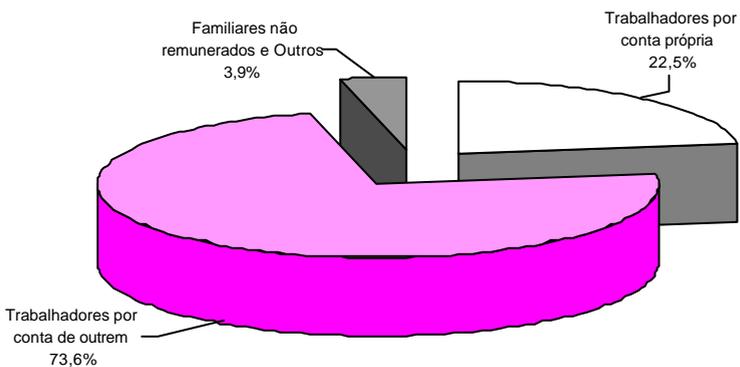
Estrutura do emprego, por situação na profissão e sexo

1999

HOMENS



MULHERES



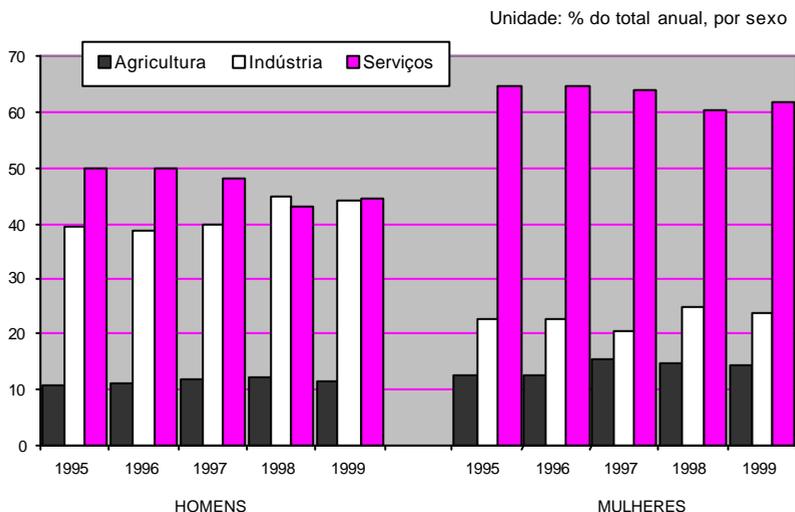
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.4-Estrutura do emprego, por sector de actividade e sexo

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
TOTAL	4 415 935	4 444 861	4 530 362	4 738 818	4 825 166
Agricultura	508 895	545 879	616 972	639 474	613 293
Indústria	1 415 342	1 385 524	1 419 203	1 694 700	1 694 427
Serviços	2 491 698	2 513 457	2 494 187	2 404 610	2 516 632
HOMENS	2 447 487	2 458 883	2 495 769	2 628 316	2 651 360
Agricultura	260 917	275 538	300 039	320 471	300 160
Indústria	969 057	952 216	998 912	1 174 704	1 175 111
Serviços	1 217 513	1 231 129	1 196 818	1 133 119	1 175 649
MULHERES	1 968 448	1 985 978	2 034 593	2 110 502	2 173 806
Agricultura	247 979	270 342	316 933	319 004	313 133
Indústria	446 284	433 308	420 290	519 997	519 316
Serviços	1 274 185	1 282 328	1 297 369	1 271 491	1 340 983

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.

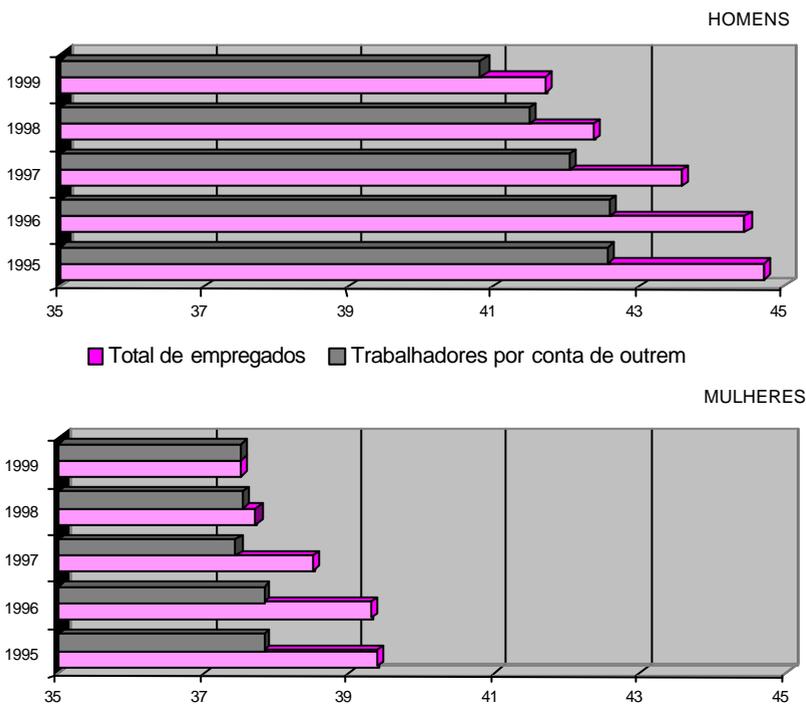


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.5-Número médio de horas semanais habitualmente efectuadas pela população empregada e por conta de outrem (TCO), por sexo

	1995	1996	1997	1998	1999
Pop. empregada					
Total	42,3	42,1	41,3	40,3	39,8
Homens	44,7	44,4	43,6	42,4	41,7
Mulheres	39,4	39,3	38,5	37,7	37,5
Trab. por conta de outrem					
Total	40,4	40,4	39,9	39,7	39,3
Homens	42,6	42,6	42,0	41,5	40,8
Mulheres	37,8	37,8	37,4	37,5	37,5

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.



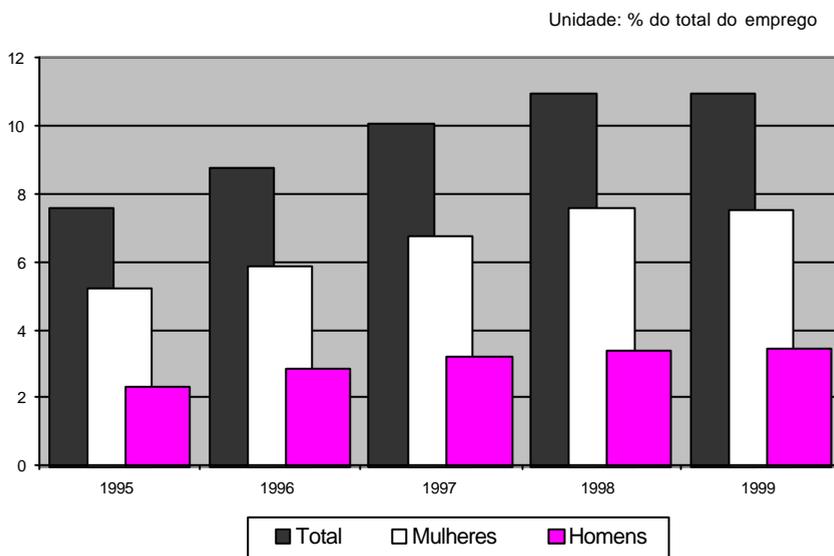
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.6-População empregada e a trabalhar a tempo parcial, por sexo

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total do emprego	4 415 935	4 444 861	4 530 362	4 738 818	4 825 166
A tempo parcial	334 367	389 152	454 493	518 481	527 788
Homens	102 495	126 630	147 492	157 996	165 030
Mulheres	231 873	262 523	307 001	360 485	362 758

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

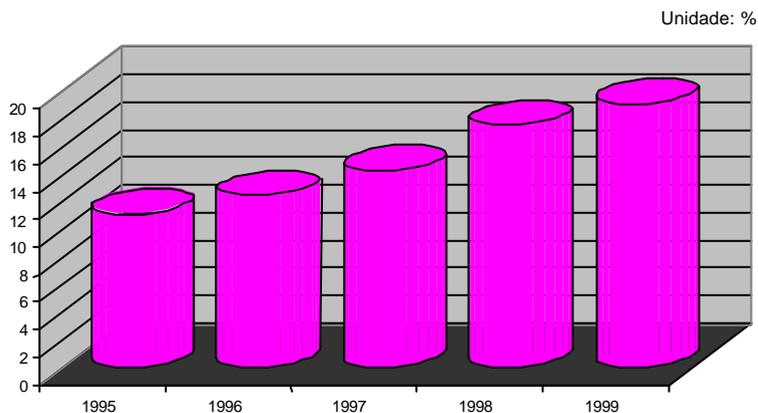
4.7-Trabalhadores por conta de outrem (TCO) e que trabalham ao fim de semana e por turnos

	Unidade: n.º				
	1995	1996	1997	1998	1999
Total de TCO	3 187 605	3 181 656	3 230 182	3 386 265	3 497 317
Fins de semana	803 587	859 843	908 220	680 727	722 048
Turnos	258 665	268 450	289 328	274 431	281 907

4.8-Trabalhadores por conta de outrem, com e sem contrato permanente

	Unidade: n.º				
	1995	1996	1997	1998	1999
Trabalhadores por conta de outrem	3 187 605	3 181 656	3 230 182	3 386 265	3 497 317
Com contrato permanente	2 829 649	2 773 605	2 759 589	2 792 538	2 831 367
Sem contrato permanente	353 415	396 950	459 644	592 783	665 950
Não sabe/não responde	4 541	11 101	10 948	944	-

Trabalhadores por conta de outrem, sem contrato permanente



Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.

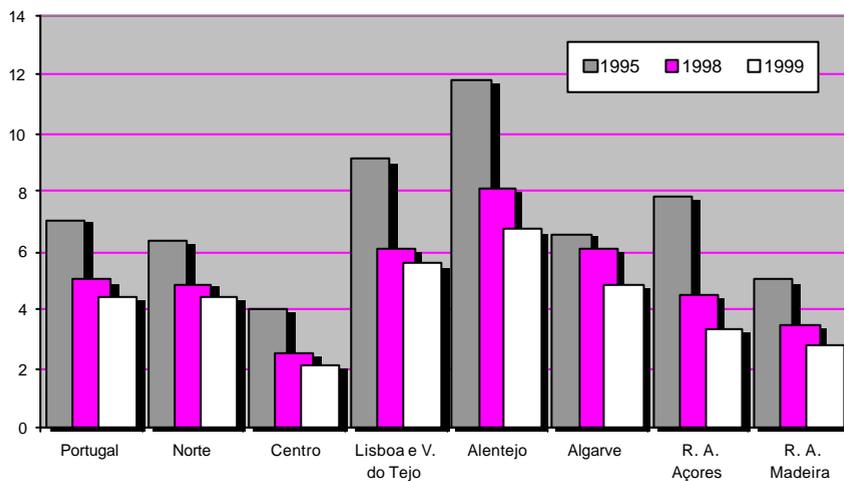
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.9-Taxa de desemprego, por região (NUTS II)

Unidade: %

	1995	1996	1997	1998	1999
Portugal	7,1	7,2	6,7	5,0	4,4
Continente	7,2	7,3	6,7	5,0	4,5
Norte	6,3	6,9	6,8	4,9	4,4
Centro	4,0	3,6	3,5	2,5	2,1
Lisboa e V. do Tejo	9,1	8,9	7,8	6,1	5,6
Alentejo	11,8	11,5	11,0	8,1	6,7
Algarve	6,6	9,0	7,8	6,1	4,8
R. A. Açores	7,9	6,3	5,3	4,5	3,3
R. A. Madeira	5,0	5,1	5,2	3,5	2,8

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.

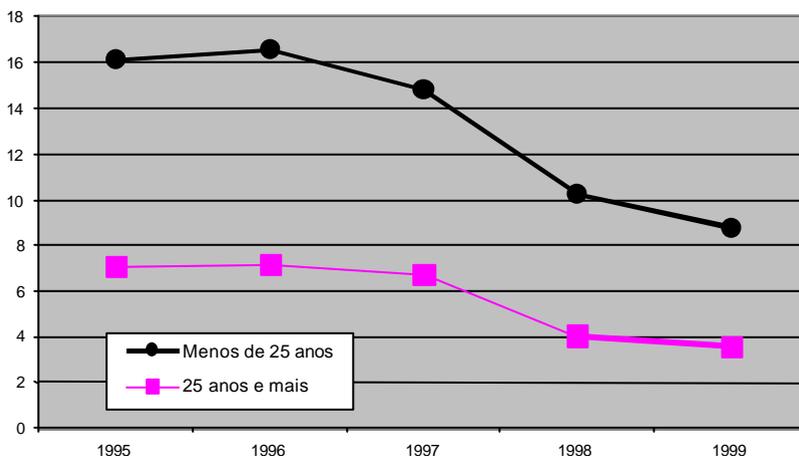


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.10-Taxa de desemprego, por grupo etário e sexo

	Unidade: %				
	1995	1996	1997	1998	1999
Total	7,1	7,2	6,7	5,0	4,4
Homens	6,3	6,4	6,0	3,9	3,8
Mulheres	8,1	8,2	7,5	6,2	5,1
Menos de 25 anos					
Total	16,1	16,5	14,8	10,2	8,7
Homens	14,6	14,1	11,7	8,0	7,0
Mulheres	18,1	19,7	18,8	12,8	10,8
25 anos e mais					
Total	7,1	7,2	6,7	4,0	3,6
Homens	6,3	6,4	6,0	3,2	3,3
Mulheres	8,1	8,2	7,5	5,0	4,0

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.

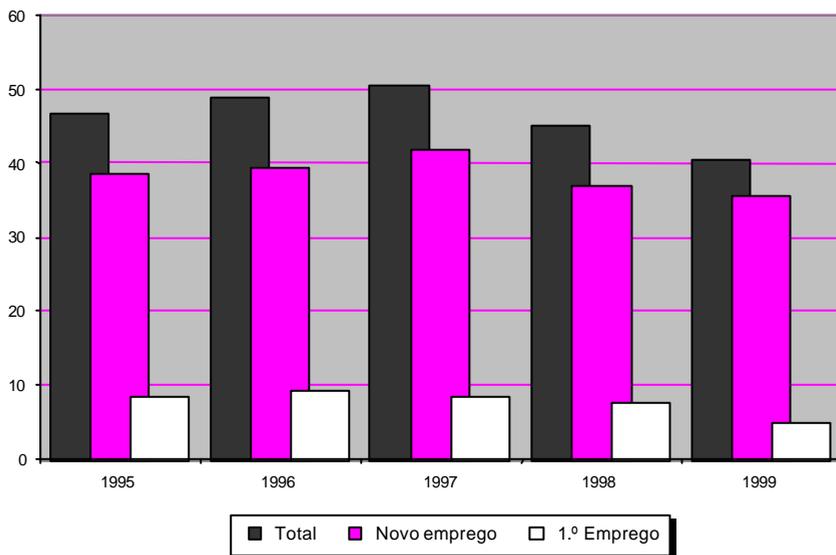


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.11-População desempregada, de longa duração (12 meses e mais), em percentagem do desemprego total

	Unidade: %				
	1995	1996	1997	1998	1999
Total	46,7	48,9	50,5	44,7	40,3
1.º Emprego	8,5	9,3	8,5	7,6	4,8
Novo emprego	38,3	39,6	42,0	37,1	35,4

Nota: Nova série estatística a partir de 1998 inclusive.



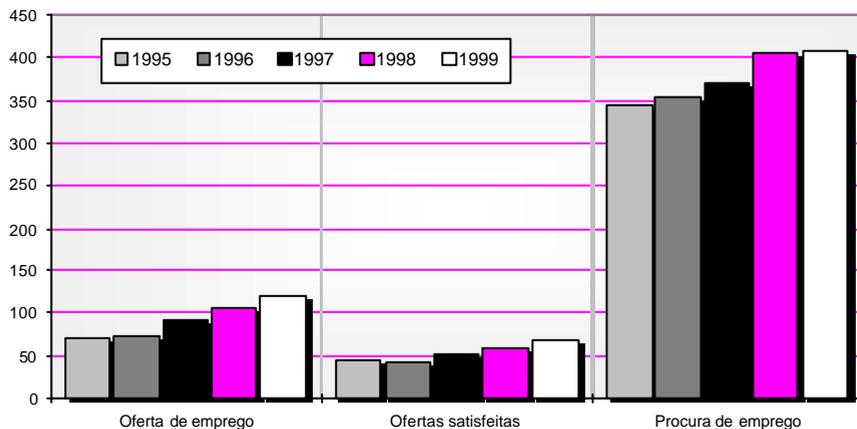
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.12-Movimentos (administrativos) da procura e da oferta de emprego, no Continente

Unidade: 10³

	1995	1996	1997	1998	1999
Oferta de emprego	71,2	72,7	92,0	104,8	118,7
Procura de emprego	344,0	354,3	371,2	404,3	408,5
Desempregados registados	334,9	344,9	362,0	391,7	394,4
Empregados	9,1	9,4	9,2	12,6	14,1
Ofertas satisfeitas	43,8	43,2	52,2	57,6	67,1

Nota: Movimento ao longo do ano.

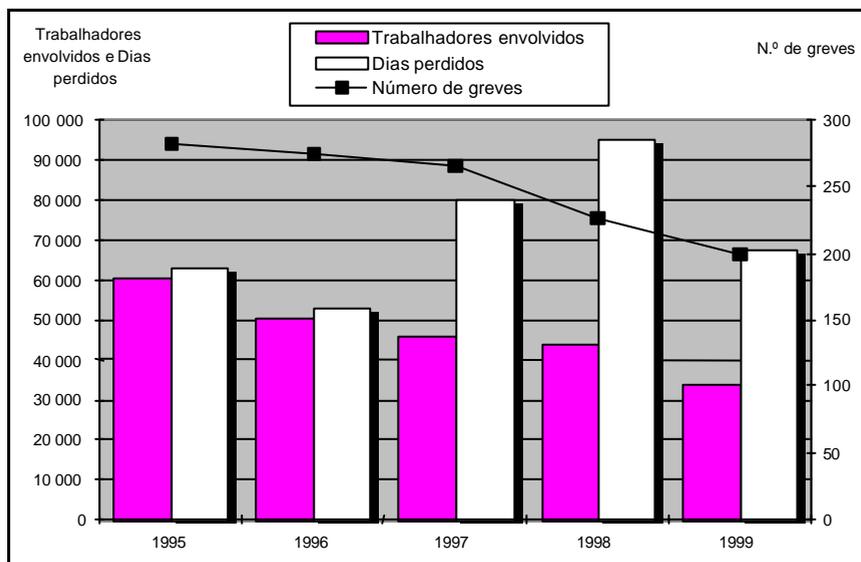


Fonte: IEFP-Instituto do Emprego e Formação Profissional

4.13-Número de greves, de trabalhadores envolvidos, e número de dias perdidos, como consequência de greves efectuadas

	Unidade n.º				
	1995	1996	1997	1998	1999
Número de greves	282	274	265	227	200
Trabalhadores envolvidos	60 469	50 515	45 882	44 246	33 500
Dias perdidos	62 867	52 883	80 077	94 755	67 400

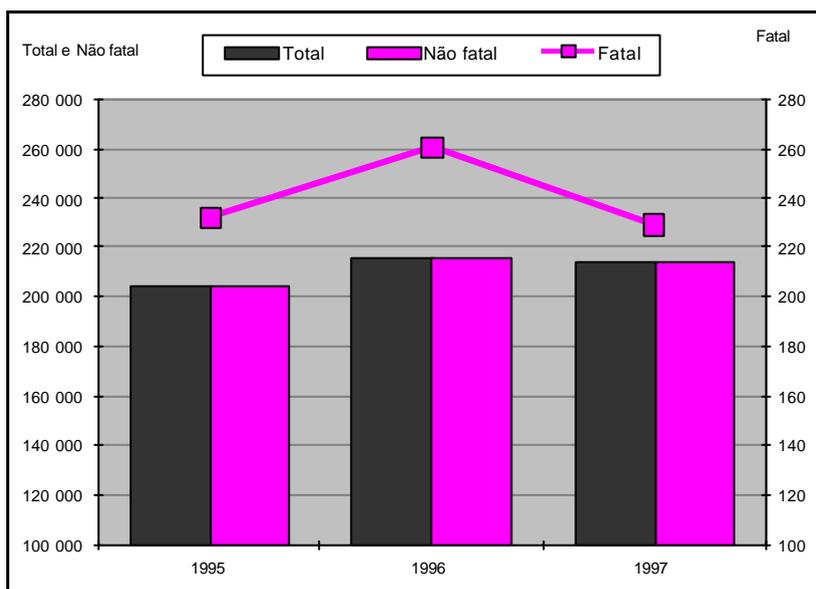
Nota: Uma greve pode desenvolver-se em mais do que uma actividade económica e em mais que um período de referência (mês, trimestre, etc).



Fonte: DETEFP MTS-Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

4.14-Acidentes de trabalho, segundo a consequência

	Unidade: n.º		
	1995	1996	1997
Total	204 273	216 115	214 326
Não fatal	204 041	215 854	214 097
Fatal	232	261	229

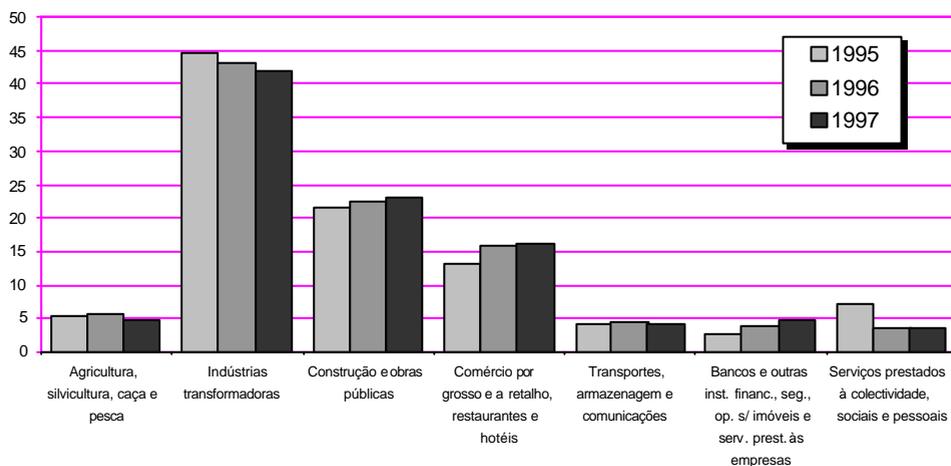


Fonte: DETEFP MTS-Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade: Acidentes de Trabalho

4.15-Distribuição percentual dos acidentes de trabalho, por ramo de actividade económica

Unidade: %

	1995	1996	1997
Total	100,0	100,0	100,0
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	5,4	5,6	4,8
Indústrias extractivas	1,3	1,2	1,2
Indústrias transformadoras	44,7	43	42,0
Electricidade, gás e água	0,5	0,4	0,4
Construção e obras públicas	21,5	22,5	23,1
Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis	13,1	15,9	16,3
Transportes, armazenagem e comunicações	3,9	4,1	3,9
Bancos e outras inst. financ., seg., op. s/ imóveis e serv. prest. às empresas	2,7	3,7	4,6
Serviços prestados à colectividade, sociais e pessoais	6,8	3,4	3,4
Actividades mal definidas	0,1	0,2	0,4

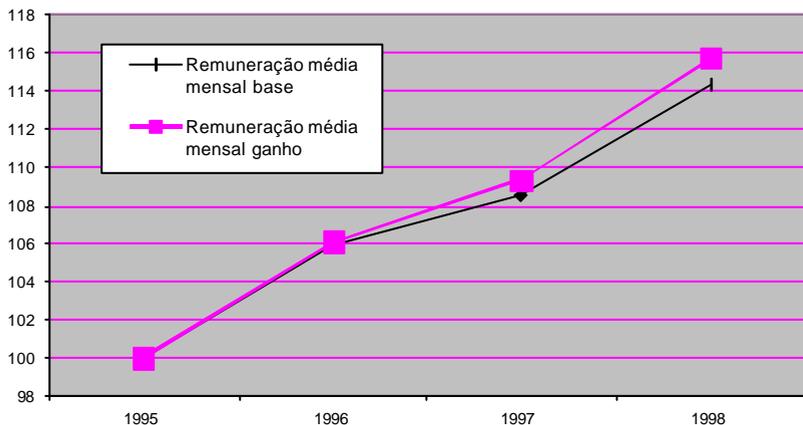


Fonte: DETEFP MTS-Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

5. RENDIMENTO E PREÇOS

- No período compreendido entre 1995 e 1998, as remunerações médias mensais de base e o ganho cresceram 14,4 e 15,7% respectivamente.
- A remuneração média mensal de base das mulheres representa 77% da remuneração média mensal dos homens. No que respeita ao ganho médio mensal a diferença é ainda maior – o ganho médio mensal das mulheres representa 72% do dos homens.
- Em 1999, o leque salarial estava ao nível de 1995 (4,4 para o ganho médio mensal) mas, face ao início da década, registou-se um alargamento: o afastamento salarial entre os quadros superiores e os profissionais não qualificados era de 4,0, em 1990.
- Ao longo do período 1995 - 1998, a remuneração mínima mensal, representa em média, um pouco mais de metade da remuneração média mensal de base (52%).

**Remuneração média mensal base e ganho
1995=100**



Fonte: DETEFP MTS-Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Quadros de Pessoal

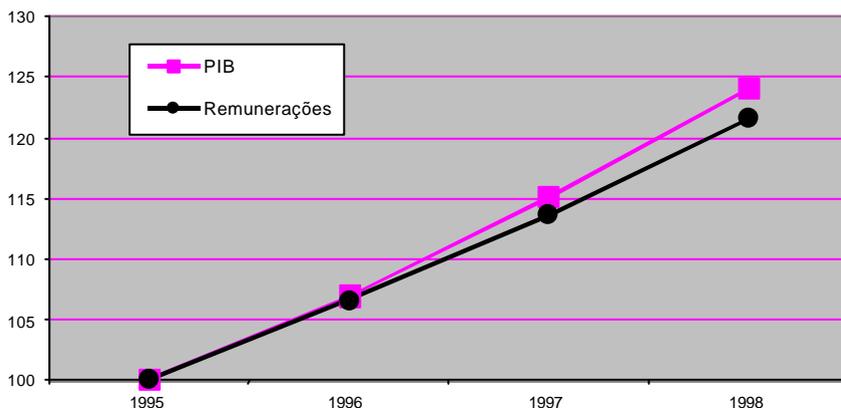
5.1-Produto interno bruto (PIB) e PIB per capita

	1995	1996	1997	1998
PIB (10 ⁶ Esc.)	16 254 541	17 389 066	18 718 638	20 153 631
PIB per capita (Esc.)	1 639 149	1 751 616	1 882 085	2 021 760

5.2-Percentagem das remunerações no PIB

	1995	1996	1997	1998
PIB (10 ⁶ Esc.)	16 254 541	17 389 066	18 718 638	20 153 631
Remunerações (10 ⁶ Esc.)	7 640 157	8 143 679	8 687 970	9 292 653
Percentagem	47,0	46,8	46,4	46,1

Produto interno bruto (PIB) e remunerações (1995=100)



Fonte: INE-Contas Nacionais

5.3-Rendimento disponível bruto (RDB), consumo e poupança das famílias

Unidade: 10⁹ Esc.

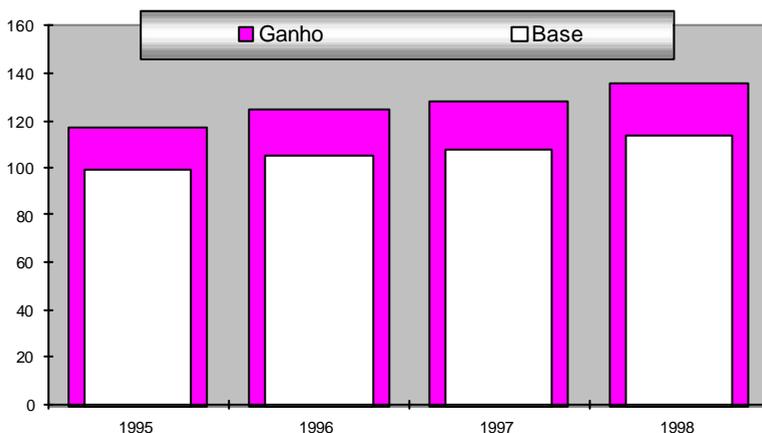
	1995	1996
RDB	10 574 015	10 992 231
Consumo	10 214 727	10 938 867
Poupança	525 353	208 910

Fonte: INE-Contas Nacionais

5.4-Remuneração média mensal base e ganho dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, no Continente

Unidade: Esc.

	1995	1996	1997	1998
Base	99 101	104 951	107 483	113 348
Homens	109 309	115 543	118 688	125 238
Mulheres	83 649	88 941	91 105	96 097
Ganho	117 426	124 580	128 310	135 877
Homens	132 057	139 741	144 432	153 038
Mulheres	95 281	101 663	104 745	110 979



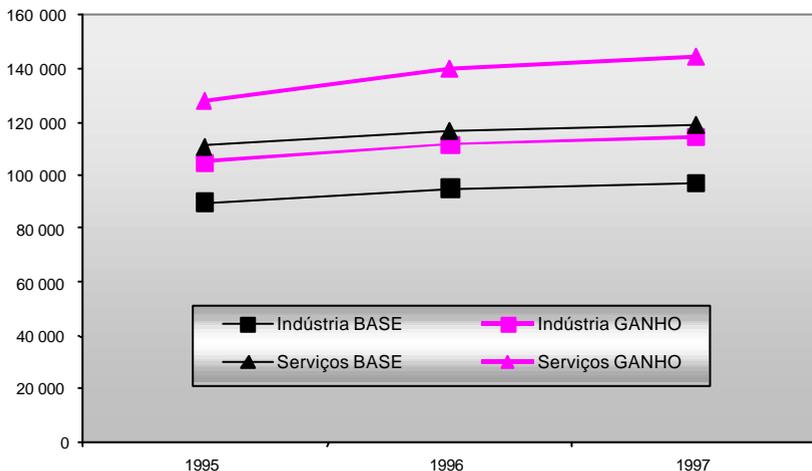
Fonte: DETEFP MTS-Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Quadros de Pessoal

5.5-Remuneração média mensal base e ganho, dos trabalhadores por conta de outrem por actividade económica, no Continente

Unidade: 10³ Esc.

	1995	1996	1997
Remuneração média mensal base	99 101	104 951	107 483
Indústria (*)	89 482	94 943	96 950
Serviços	110 571	116 526	119 156
Ganho médio mensal	117 426	124 580	128 310
Indústria (*)	104 589	111 129	114 236
Serviços	127 484	140 106	143 969

(*) Inclui Construção.

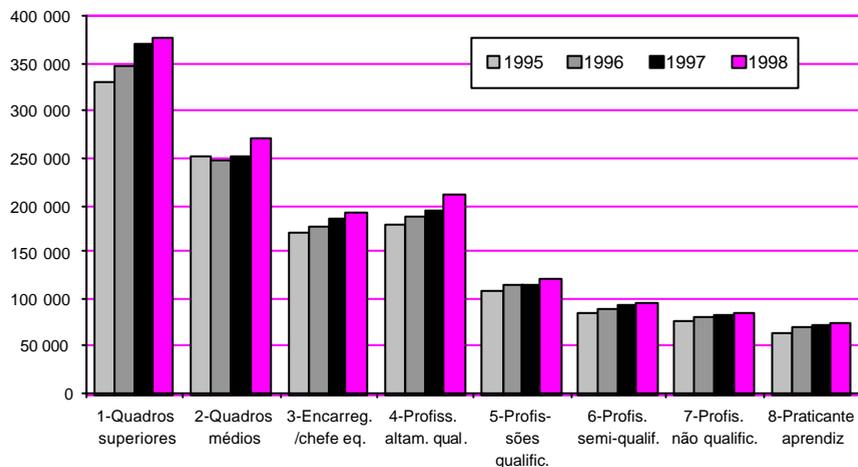


Fonte: DETEFP MTS-Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Quadros de Pessoal

5.6-Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por níveis de qualificação, no Continente

Unidade: Esc.

	1995	1996	1997	1998
Total	117 426	124 580	128 310	135 877
1-Quadros superiores	330 361	346 758	370 499	376 814
2-Quadros médios	251 265	247 978	252 214	270 986
3-Encarregado/chefe equipa	169 053	177 070	183 569	193 250
4-Profiss. altamente qualificadas	179 921	187 241	195 407	211 729
5-Profissões qualificadas	108 072	113 705	114 537	123 360
6-Profissões semi-qualificadas	85 994	89 670	92 680	95 879
7-Profissões não qualificadas	75 774	80 486	82 707	85 367
8-Praticante aprendiz	64 010	69 234	72 265	74 413

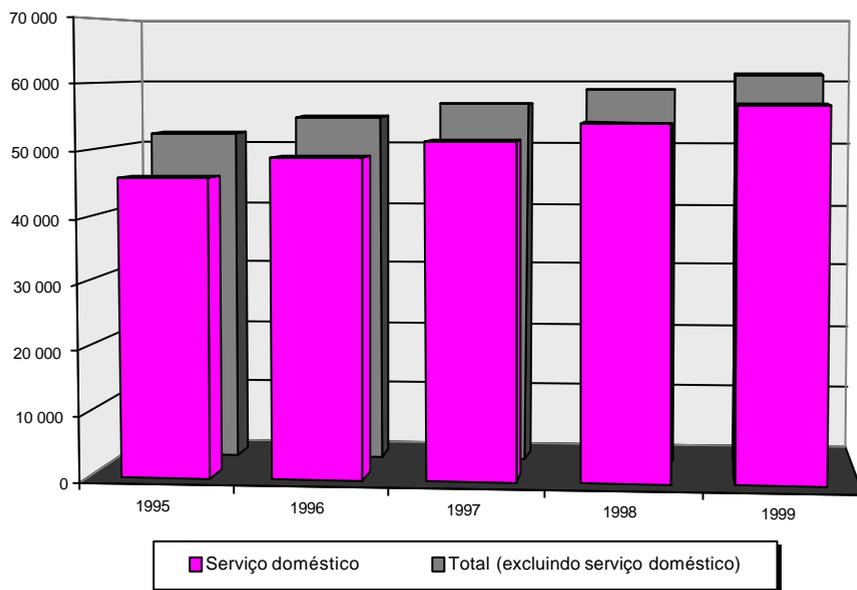


Fonte: DETEFP MTS-Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Quadros de Pessoal

5.7-Remuneração mínima mensal

Unidade: Esc.

	1995	1996	1997	1998	1999
Total (excluindo serviço doméstico)	52 000	54 600	56 700	58 900	61 300
Serviço doméstico	45 700	49 000	51 450	54 100	56 900

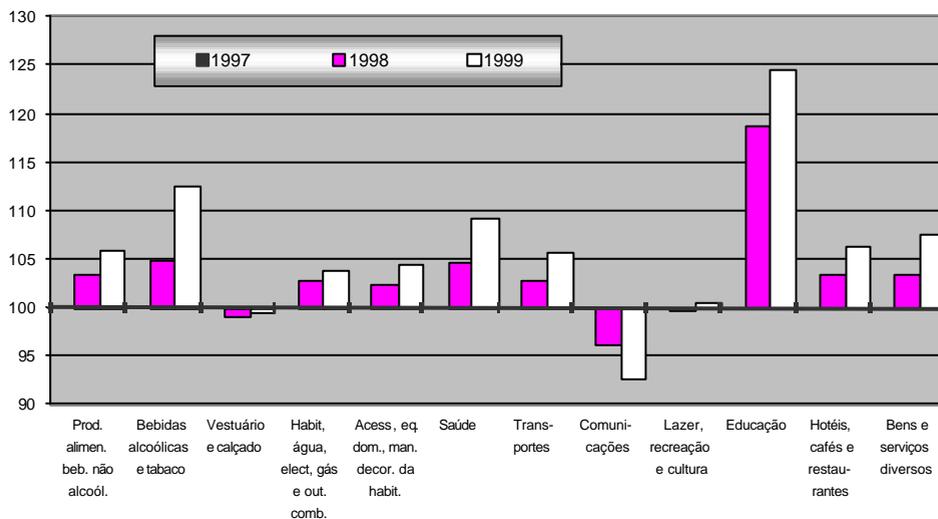


Fonte: DETEFP MTS-Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

5.8-Índice de preços no consumidor, por classes - nacional (1997=100)

Unidade: %

Classes de despesa	1995	1996	1997	1998	1999
Total	94,81	97,70	100,0	102,8	105,2
Total excepto Habitação	94,94	97,87	100,0	102,7	105,1
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	97,88	99,88	100,0	103,5	105,7
Bebidas alcoólicas e tabaco	93,86	97,47	100,0	104,9	112,5
Vestuário e calçado	97,83	99,42	100,0	99,0	99,4
Habitação, água, electric., gás e out. combust.	93,48	95,88	100,0	102,7	103,6
Acessórios, equip. dom., manut. cor. da habit.	94,82	97,91	100,0	102,1	104,4
Saúde	90,15	94,36	100,0	104,6	108,9
Transportes	92,88	96,67	100,0	102,5	105,4
Comunicações	92,80	97,52	100,0	96,1	92,6
Lazer, recreação e cultura	93,13	98,43	100,0	99,7	100,4
Educação	105,93	91,44	100,0	118,7	124,5
Hotéis, cafés e restaurantes	94,52	97,69	100,0	103,4	106,3
Bens e serviços diversos	90,48	95,27	100,0	103,5	107,4



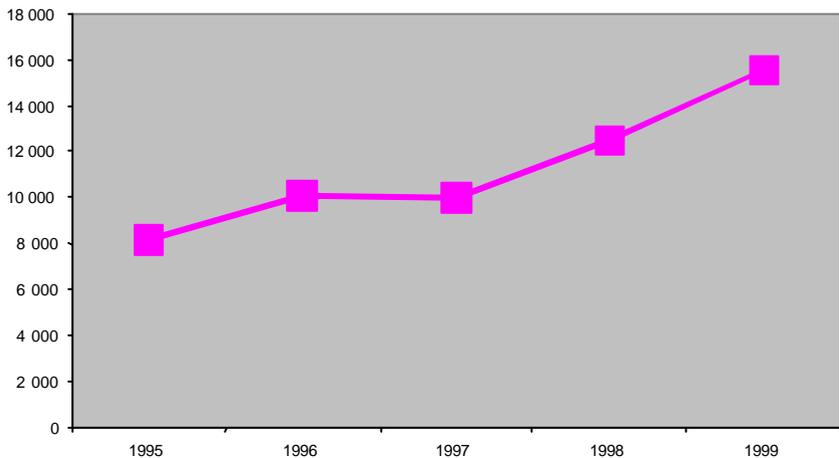
Fonte: INE-Índice de Preços no Consumidor

6. SEGURANÇA E CRIMINALIDADE

- Em 1999 e face a 1995, quase duplicou o número de crimes de condução com taxa de álcool igual/superior a 1,2 gr/l.
- Durante o período compreendido entre 1995 e 1999, os crimes de furto de veículos registaram uma evolução crescente, embora com um acréscimo reduzido entre os dois últimos anos
- Após um crescimento continuado do número total de reclusos ao longo do período 1995/98, registou-se uma quebra significativa em 1999, em consequência, principalmente, do decréscimo verificado no número de reclusos condenados.

Crimes de condução com taxa de álcool, registados pelas autoridades

Unidade: n.º



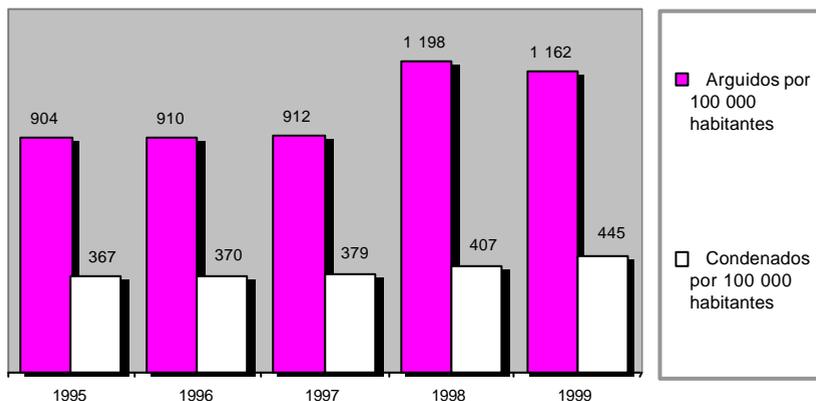
Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

6.1-Crimes registados pelas autoridades

Arguidos e condenados em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Crimes registados pelas autoridades:					
Total	326 572	322 256	321 643	341 122	362 589
<i>Por 100 000 habitantes</i>	3 292	3 245	3 230	3 418	3 627
Processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1. ^a instância:					
Arguidos	89 678	90 360	90 858	119 530	115 958
Condenados	36 372	36 771	37 735	40 622	44 509
<i>Arguidos por 100 000 habitantes</i>	904	910	912	1 198	1 162
<i>Condenados por 100 000 habitantes</i>	367	370	379	407	445



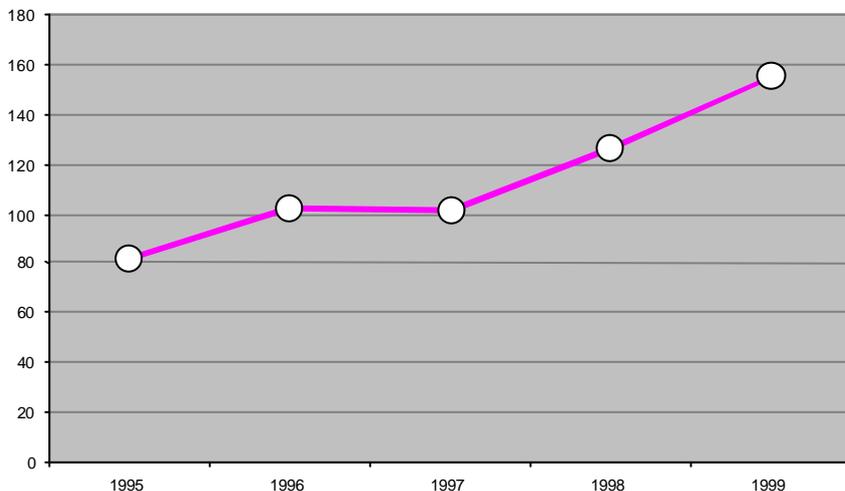
Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

6.2-Crimes de condução com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 gramas/litro, registados pelas autoridades

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Condução com taxa de álcool igual/superior a 1,2 gr/l	8 153	10 090	10 015	12 552	15 529
<i>Por 100 000 habitantes</i>	82	102	101	126	155

Unidade: Por 100 000 habitantes

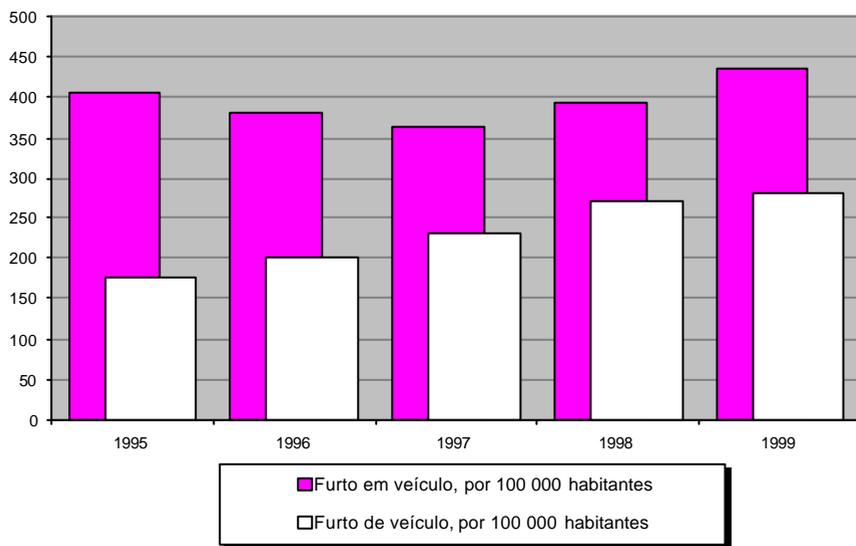


Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

6.3-Crimes de furto de/em veículos, registados pelas autoridades

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Furto de veículo	17 334	19 993	22 792	26 965	28 163
Furto em veículo	40 150	37 736	36 367	39 293	43 490
<i>Furto de veículo, por 100 000 habitantes</i>	175	201	229	270	282
<i>Furto em veículo, por 100 000 habitantes</i>	405	380	365	394	435

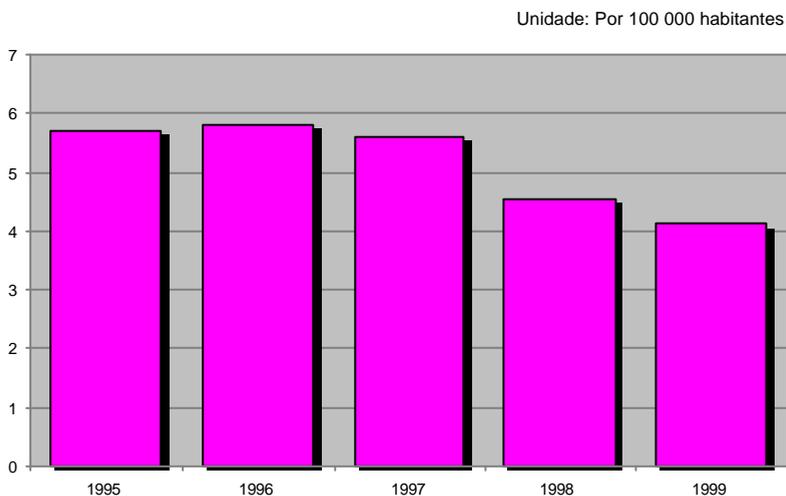


Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

**6.4-Crimes de homicídio voluntário e negligente
(com exceção de acidentes de viação),
registados pelas autoridades**

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	566	576	558	453	410
<i>Por 100 000 habitantes</i>	5,7	5,8	5,6	4,5	4,1

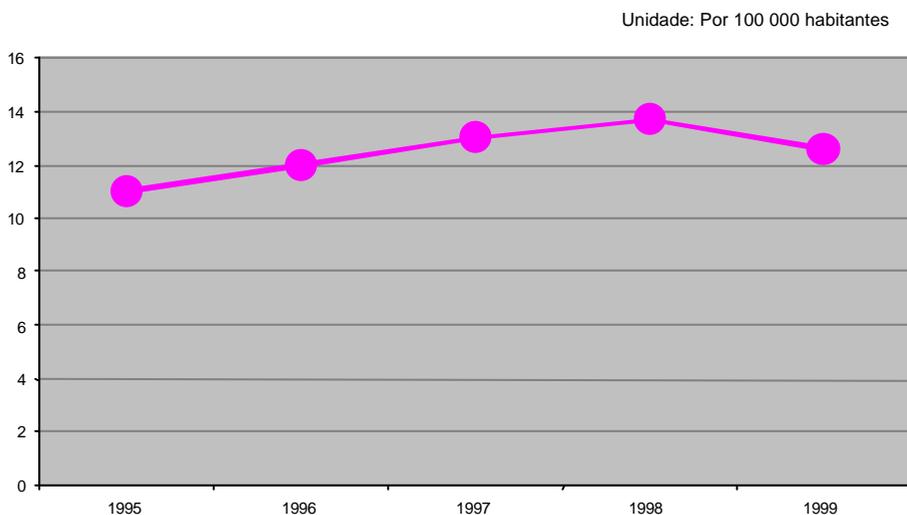


Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

**6.5-Crimes de homicídio por negligência
em acidentes de viação**

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	1123	1184	1250	1366	1253
Por 100 000 habitantes	11	12	13	14	13

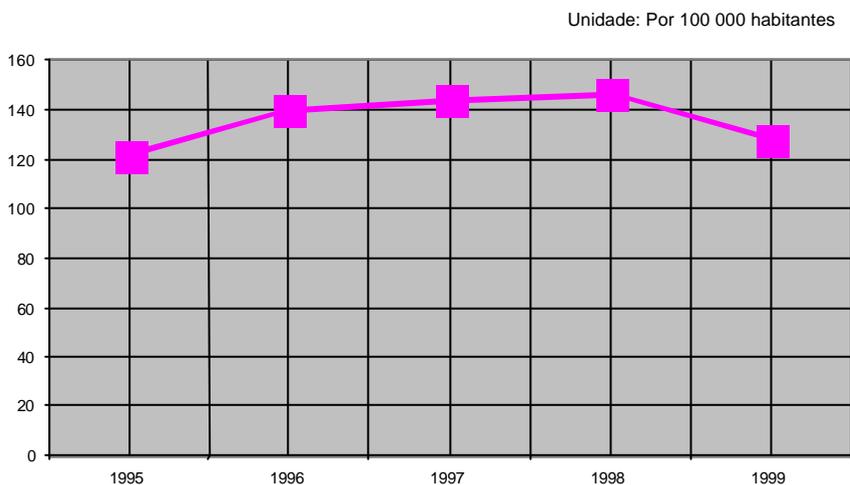


Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

**6.6-Reclusos existentes em 31 de Dezembro
nos estabelecimentos prisionais comuns,
segundo a situação penal**

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	12 029	13 874	14 361	14 598	12 808
Preventivos	4 629	4 977	4 328	4 250	4 052
Condenados	7 400	8 897	10 033	10 348	8 756
<i>Por 100 000 habitantes</i>	<i>121</i>	<i>140</i>	<i>144</i>	<i>146</i>	<i>128</i>



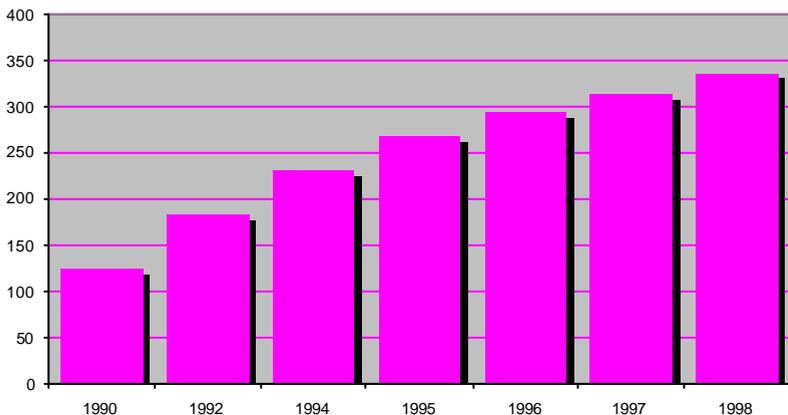
Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

7. PROTECÇÃO SOCIAL

- Se em 1995 e 1996 as receitas de protecção social suportavam as respectivas despesas, nos dois anos seguintes as despesas cresceram mais do que as receitas, traduzindo desta forma uma redução da cobertura das primeiras.
- Não obstante as prestações relativas à exclusão social não chegarem a representar 2% da totalidade das prestações, foi todavia a função que registou maior crescimento, em consequência da expansão do Rendimento Mínimo Garantido, implementado em 1997.
- Em 1990, as despesas em prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa, eram da ordem dos 122 500 escudos; em 1999, esta despesa quase triplicou, fixando-se em 335 mil escudos.

Despesas em prestações de velhice e sobrevivência, por pessoa activa

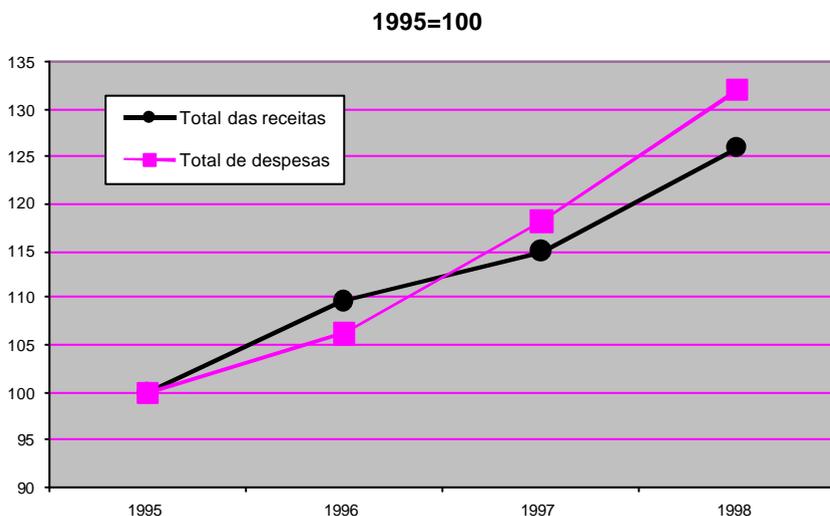
Unidade: 10³ Esc.



Fonte: INE-Estatísticas da Protecção Social

7.1-Receitas da protecção social, por natureza

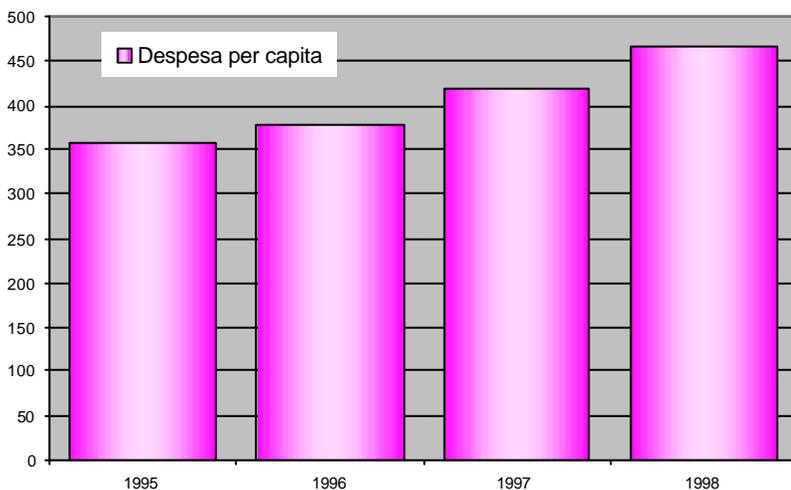
	1995	1996	1997	1998
Total das receitas (10⁶ Esc.)	3 535 705	3 873 737	4 064 804	4 448 573
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Quotização da entidade patronal (%)	26,5	24,1	27,5	27,6
Quotização da pessoa protegida (%)	17,5	16,6	17,5	17,2
Contribuições públicas (%)	36,6	41,4	41,8	41,0
Outras receitas e transferências entre regimes (%)	19,4	17,9	13,2	14,2



Fonte: INE-Estatísticas da Protecção Social

7.2-Despesas da protecção social, per capita e em percentagem do PIB

	1995	1996	1997	1998
Total de despesas (10 ⁶ Esc.)	3 529 984	3 750 574	4 168 255	4 659 384
Despesa per capita (10 ³ Esc.)	356,0	377,8	419,1	467,4
Despesa em % do PIB	21,7	21,6	22,3	23,1

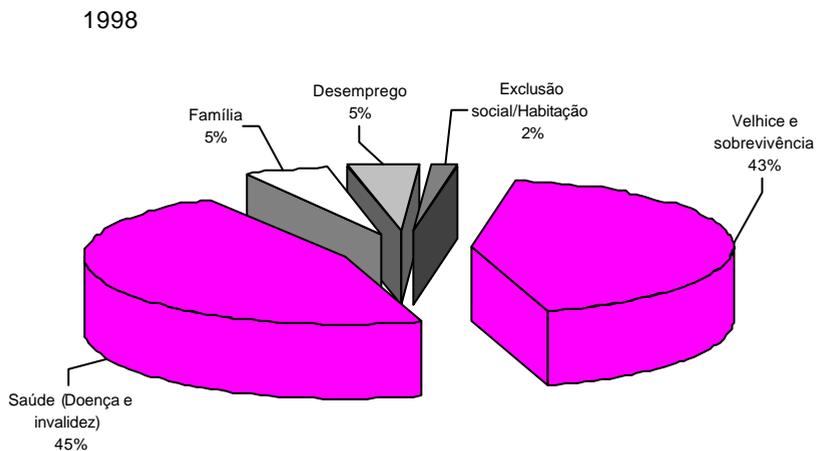


Fonte: INE-Contas Nacionais; Estimativas da População Residente; Estatísticas da Protecção Social

7.3-Prestações de protecção social, por grupos de funções

Unidade: %

	1995	1996	1997	1998
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Velhice e sobrevivência	43,41	43,34	42,77	42,63
Saúde (Doença e invalidez)	44,86	44,62	45,95	45,94
Família	5,75	5,61	5,31	5,21
Desemprego	5,53	5,78	5,05	4,68
Exclusão social	0,42	0,62	0,90	1,52
Habituação	0,03	0,02	0,02	0,02

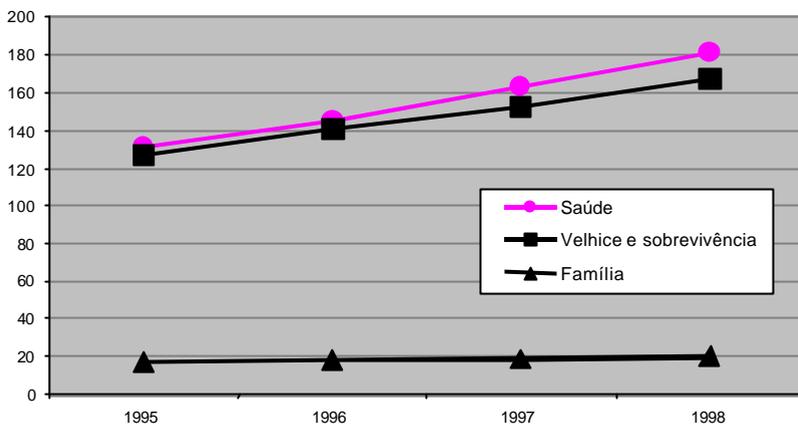


Fonte: INE-Estatísticas da Protecção Social

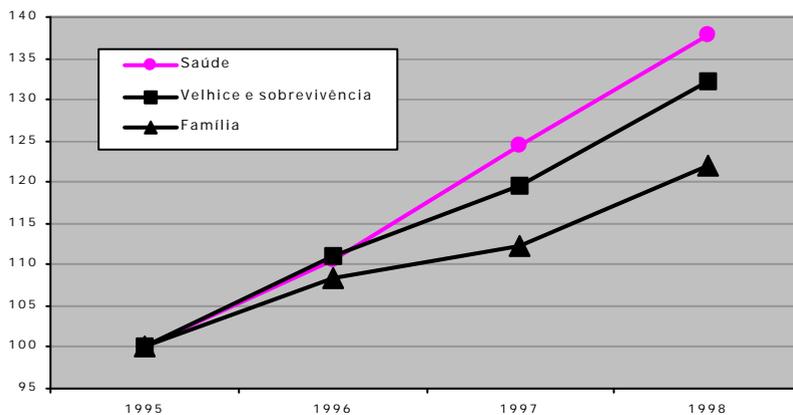
7.4-Prestações de protecção social, por funções

	1995	1996	1997	1998
Saúde				
Total (10 ⁶ Esc.)	1 306 764	1 444 308	1 626 400	1 800 824
Per capita (10 ³ Esc.)	131,7	145,4	163,3	180,5
1995=100	100,0	110,5	124,5	137,8
Velhice e sobrevivência				
Total (10 ⁶ Esc.)	1 264 608	1 403 156	1 513 514	1 671 178
Per capita (10 ³ Esc.)	127,5	141,2	152,0	167,5
1995=100	100,0	111,0	119,7	132,1
Família				
Total (10 ⁶ Esc.)	167 545	181 675	188 054	204 294
Per capita (10 ³ Esc.)	16,9	18,3	18,9	20,5
1995=100	100,0	108,4	112,2	121,9

Prestações das funções saúde, velhice e sobrevivência, e família, per capita

Unidade: 10³ Esc.

Prestações das funções saúde, velhice e sobrevivência, e família - 1995=100

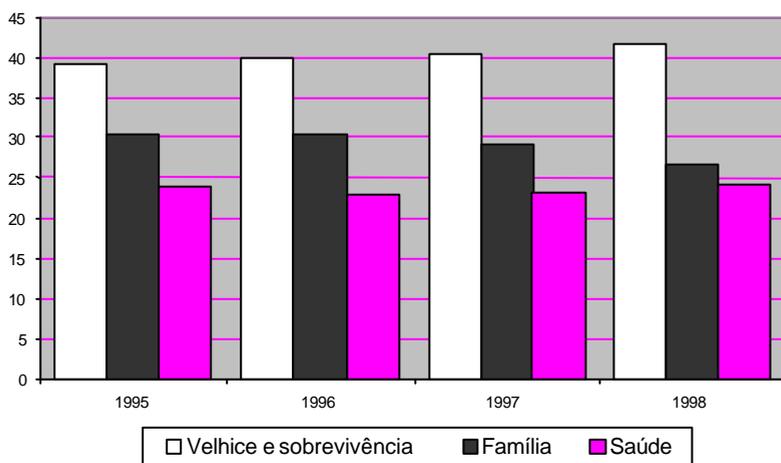


Fonte: INE-Estatísticas da Protecção Social

7.5-Beneficiários, por tipo de prestação, segundo os grupos de funções

Unidade: %

	1995	1996	1997	1998
Velhice e sobrevivência	39,4	40,0	40,6	41,9
Subsídio de velhice	26,1	26,3	26,5	27,9
Subsídio de sobrevivência	9,4	9,7	10,1	10,9
Outros	3,2	4,0	4,0	3,0
Saúde	23,9	22,9	23,2	24,4
Subsídio de doença	13,4	12,8	12,9	12,6
Subsídio de invalidez	7,4	7,0	7,2	7,6
Outros	3,1	3,1	3,2	4,2
Família	30,5	30,4	29,3	26,8
Subsídio de maternidade	1,2	1,2	1,2	1,3
Abono de família	22,9	22,7	22,9	24,1



Fonte: INE-Estatísticas da Protecção Social

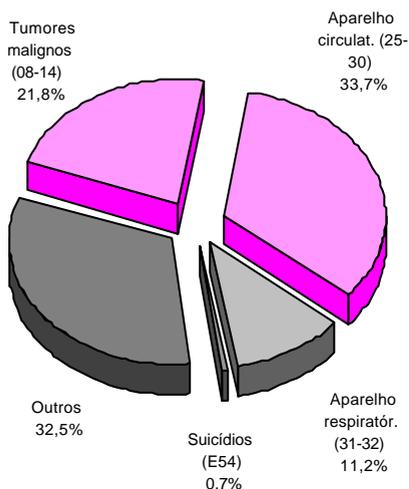
8. SAÚDE

- A oferta de cuidados de saúde, nas suas várias vertentes, registou nos últimos anos evoluções diferentes: enquanto o pessoal de saúde teve uma evolução de sinal positivo, o número de camas por 100 000 habitantes estava, em 1998, ao nível de 1995, não obstante ter crescido o número de estabelecimentos hospitalares.
- Se as doenças do aparelho circulatório constituem a principal causa de morte (39,% do total de óbitos em 1999), vindo em segundo lugar os tumores malignos, com 19,3% do total, as doenças do aparelho respiratório estão a ganhar importância: em 1995 representavam 7,7% do total dos óbitos, mas em 1999 já estão ligeiramente acima dos 10 %.
- Em 1999, o peso dos óbitos por sida no total da mortalidade, estava ao nível de 1995, embora face ao início da década tenha crescido cerca de seis vezes.

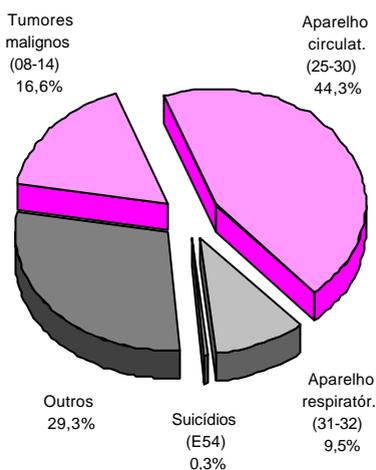
Principais causas de morte, por sexo (CID-9ª Revisão)

1999

HOMENS



MULHERES



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.1-Despesa das administrações públicas em saúde e em percentagem do PIB

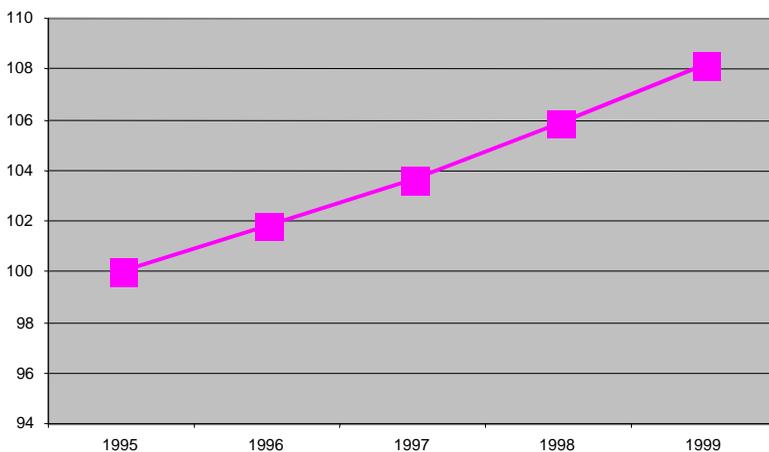
	1995	1996	1997
Total de despesas (10⁶ Esc.)	811 468	965 713	1 107 623
Despesa em % do PIB	5,0	5,6	5,9

Fonte: INE-Contas Nacionais

8.2-Pessoal de saúde - médicos

	1995	1996	1997	1998	1999
Número de médicos	29 353	29 902	30 431	31 087	31 758
1995=100	100,0	101,9	103,7	105,9	108,2

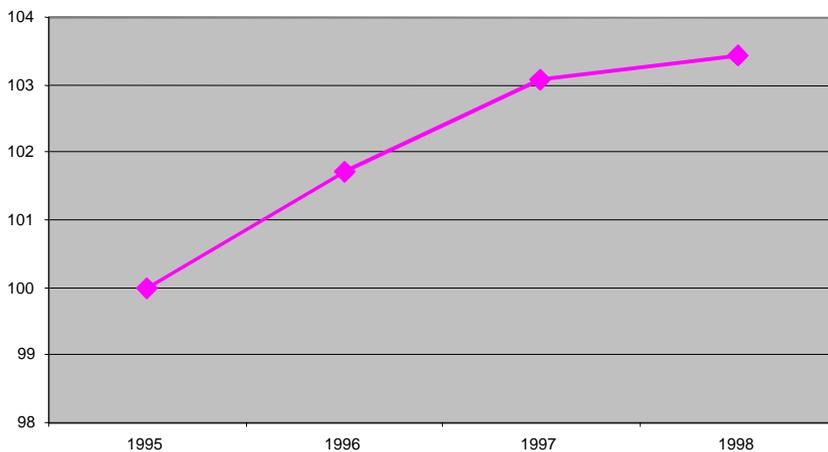
Número de médicos (1995=100)



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.3-Estabelecimentos de saúde (hospitais e centros de saúde)

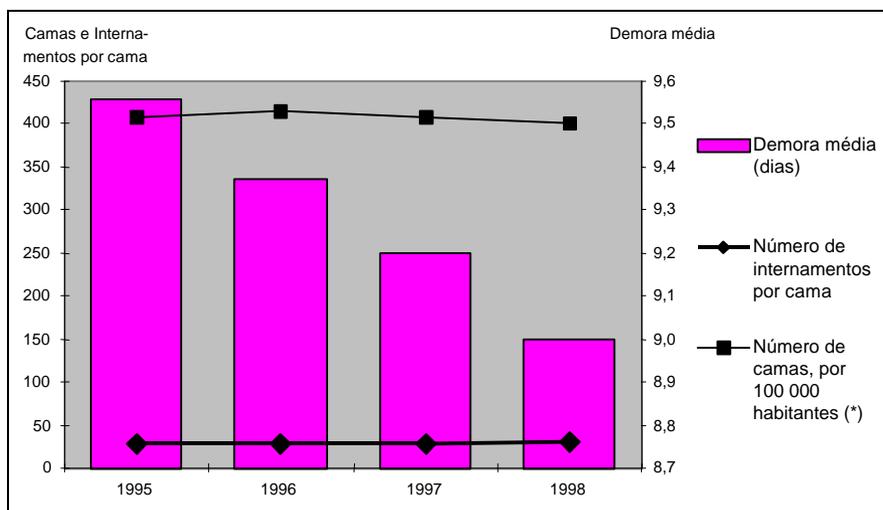
	1995	1996	1997	1998
Número de estabelecimentos	583	593	601	603
1995=100	100,0	101,7	103,1	103,4



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.4-Número de camas, internamentos e demora média, nos hospitais e centros de saúde

	1995	1996	1997	1998
Número de camas, por 100 000 habitantes (*)	409	414	409	401
Número de internamentos por cama	28	29	29	31
Demora média (dias)	9,6	9,4	9,2	9,0



(*) Lotação praticada

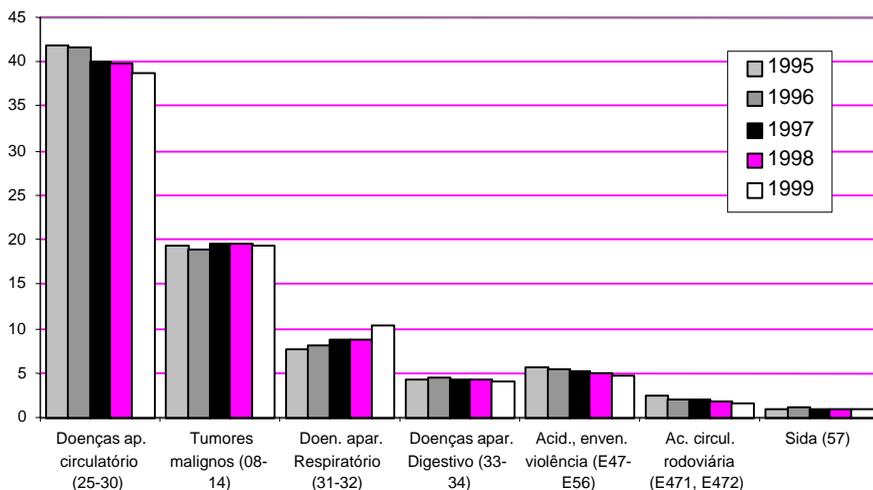
Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.5-Óbitos, segundo as principais causas de morte (CID-9^a Revisão)

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total Geral	103 939	107 259	105 157	106 574	108 268
Doenças do aparelho circulatório (25-30)	43 523	44 686	42 196	42 527	41 998
Tumores malignos (08-14)	20 007	20 332	20 474	20 860	20 934
Doenças do aparelho respiratório (31-32)	7 955	8 570	9 120	9 458	11 255
Doenças do aparelho digestivo (33-34)	4 536	4 740	4 505	4 480	4 280
Acidentes, envenenamentos e violência (E47-E56)	5 929	5 795	5 533	5 273	5 022
Acidentes de circulação rodoviária (E471, E472)	2 471	2 241	2 028	1 919	1 588
Infecção por vírus humano de imunodeficiência (57)	949	1 111	972	895	980

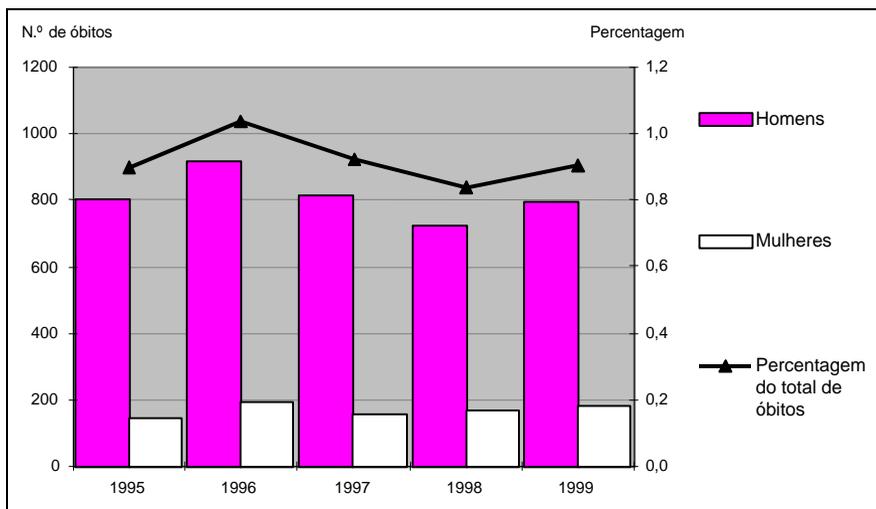
Unidade: %



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.6-Óbitos por sida, segundo o sexo

	Unidade: n.º				
	1995	1996	1997	1998	1999
Total	949	1111	972	895	980
Homens	802	919	815	724	797
Mulheres	147	192	157	171	183
Percentagem do total de óbitos	0,90	1,04	0,92	0,84	0,91



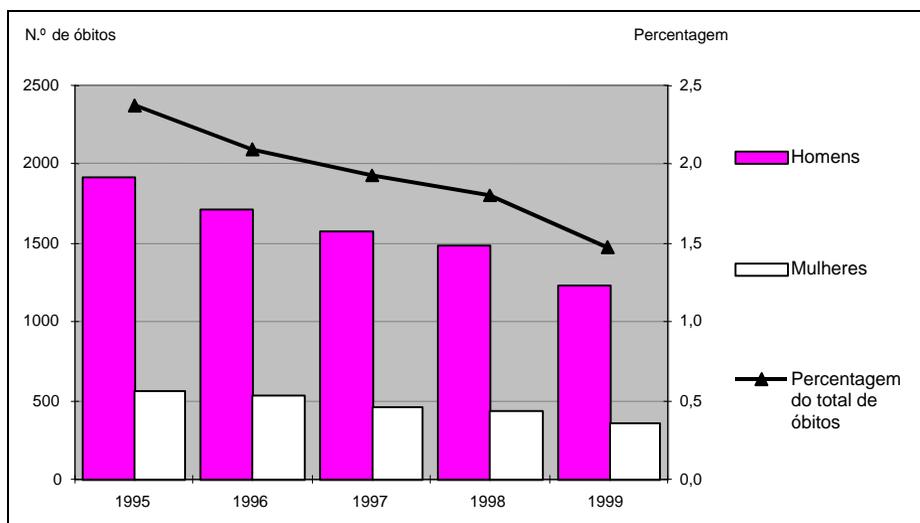
Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

8.7-Óbitos por acidentes de circulação rodoviária (E471, E472), segundo o sexo

8.7-Óbitos por acidentes de circulação rodoviária (E471, E472), segundo o sexo

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	2 471	2 241	2 028	1 919	1 588
Homens	1 918	1 714	1 576	1 490	1 235
Mulheres	553	527	452	429	353
Percentagem do total de óbitos	2,4	2,1	1,9	1,8	1,5

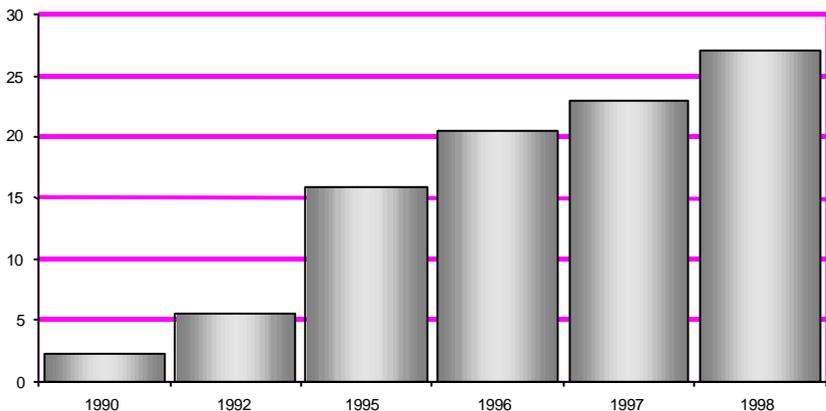


Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

9. AMBIENTE E CONFORTO

- A participação da população na defesa do ambiente, quer através da pertença a uma associação de defesa do ambiente, quer nas reclamações derivadas da poluição, não para de crescer: entre 1995 e 1998 o número de indivíduos pertencentes a uma associação desta natureza cresceu cerca de 18% e o número de reclamações ambientais quase duplicou.
- A quebra registada no processo de compostagem, em 1997 e 1998 foi responsável pelo decréscimo verificado na taxa de recuperação dos resíduos sólidos municipais.
- Não obstante a melhoria que se tem verificado ao longo dos anos no saneamento básico, a proporção de população que é servida por sistema de drenagem das águas residuais, não atinge ainda os 70%, em 1998.

Número de reclamações ambientais, por 100 000 habitantes

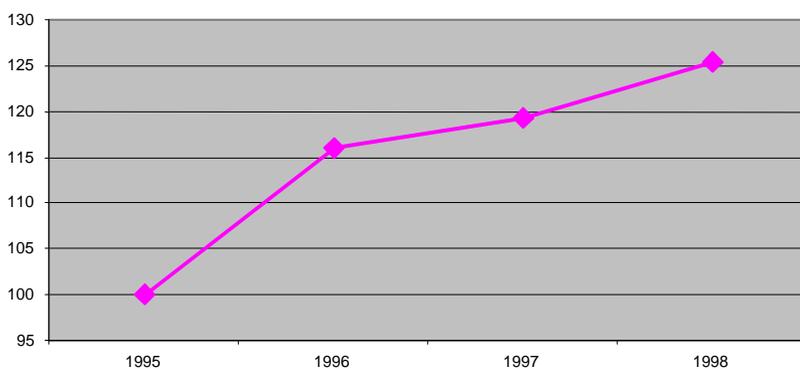


Fonte: Ministério do Ambiente

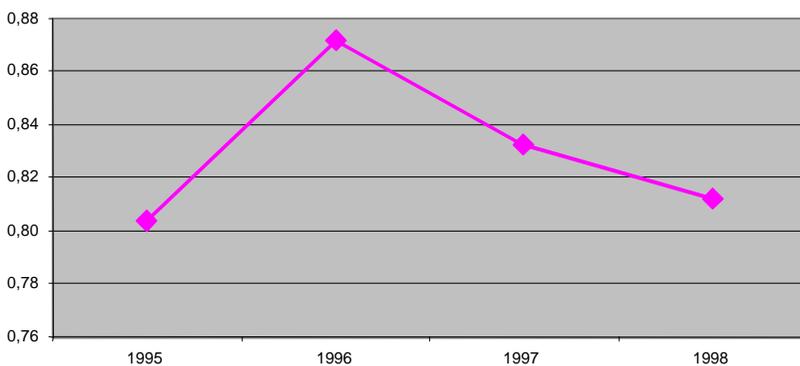
9.1-Despesa das administrações públicas em gestão e protecção do ambiente, em percentagem do PIB

	1995	1996	1997	1998
Total (10³ Esc)	130 679 763	151 562 966	155 838 401	163 695 788
1995=100	100,0	116,0	119,3	125,3
Em % do PIB	0,80	0,87	0,83	0,81

1995=100



Em percentagem do PIB

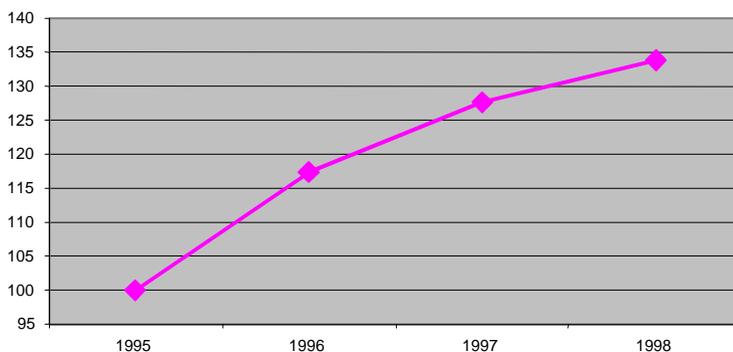


Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

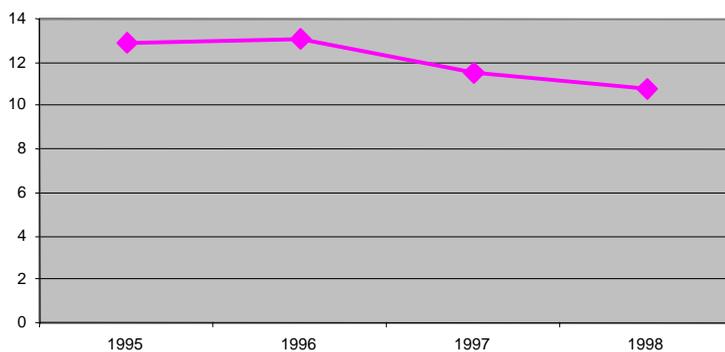
9.2-Despesa dos municípios em gestão e protecção do ambiente, em percentagem da despesa total

	1995	1996	1997	1998
Total (10³Esc)	79 292 830	92 972 678	101 208 196	106 018 223
1995=100	100,0	117,3	127,6	133,7
Em % da despesa total	12,9	13,1	11,1	10,8

1995=100



Em percentagem da despesa total



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

9.3-Número médio de divisões por agregado

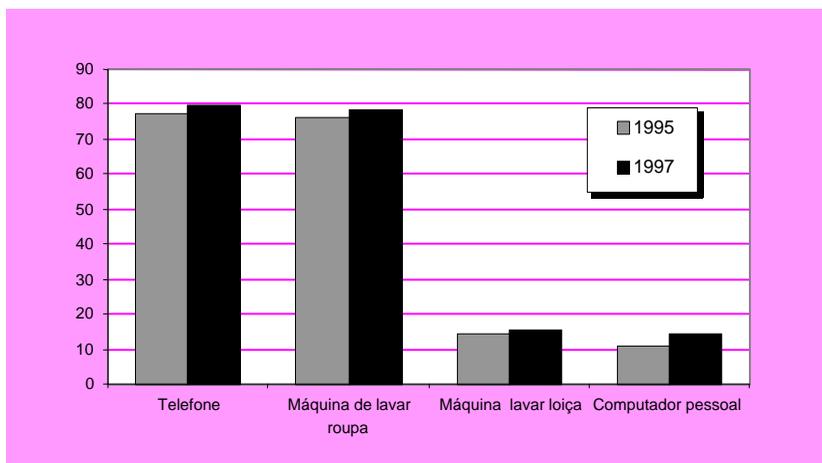
Unidade: n.º

	1995	1997
Número médio de divisões por agregado	3,8	4,1

9.4-Alguns bens de equipamento das famílias

Unidade: %

	1995	1997
Telefone	77,2	79,7
Telemóvel	2,7	11,4
Automóvel	55,4	56,2
Computador pessoal	11,1	14,3
Micro-ondas	13,9	19,7
Máquina de lavar roupa	76,0	78,5
Máquina de lavar loiça	14,5	15,6

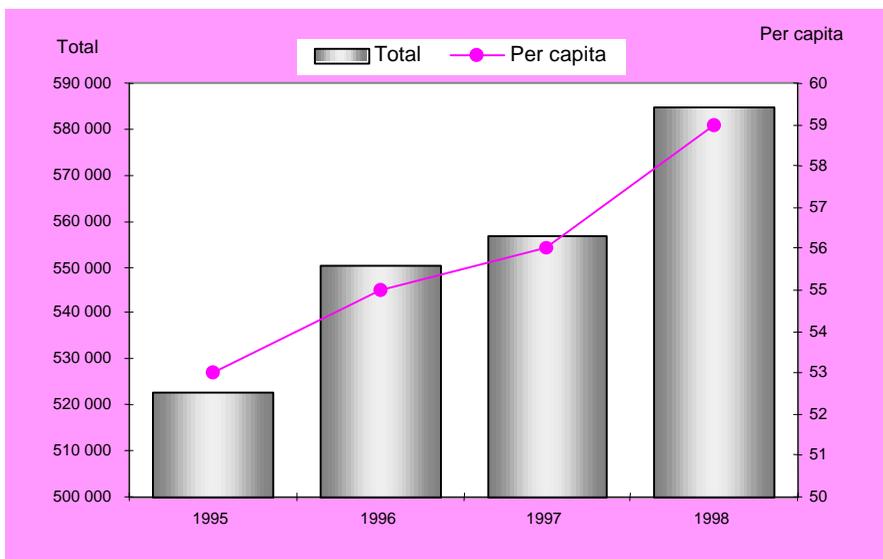


Fonte: INE-Indicadores de Conforto

9.5-Consumo de água per capita

Unidade: m³

	1995	1996	1997	1998
Total (10³)	522 534	550 435	556 839	584 580
Per capita	53	55	56	59



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

9.6-Abastecimento de água e águas residuais

Abastecimento de água - caudal captado e tratado, por região

Unidade: 10³m³

	1995		1996		1997		1998	
	Captado	Tratado	Captado	Tratado	Captado	Tratado	Captado	Tratado
Portugal	814 133	489 398	833 775	522 343	839 458	627 159	872 339	726 175
Continente	744 446	446 396	762 115	477 248	756 395	571 415	786 009	667 537
Norte	194 152	64 715	206 096	84 534	203 903	110 908	203 312	178 547
Centro	115 942	81 970	115 037	85 205	108 338	98 419	116 059	106 638
Lisboa V. Tejo	354 374	264 703	358 650	266 935	356 165	311 592	372 539	326 947
Alentejo	37 381	22 997	39 422	25 187	39 813	31 443	41 714	33 064
Algarve	42 597	12 011	42 910	15 387	48 176	19 053	52 385	22 341
R. A. Açores	34 833 (*)	15332 (*)	33 289	14 342	42 769	19 549	43 428	19 780
R. A. Madeira	34 854	28 022	38 371	30 753	40 294	36 195	42 902	38 858

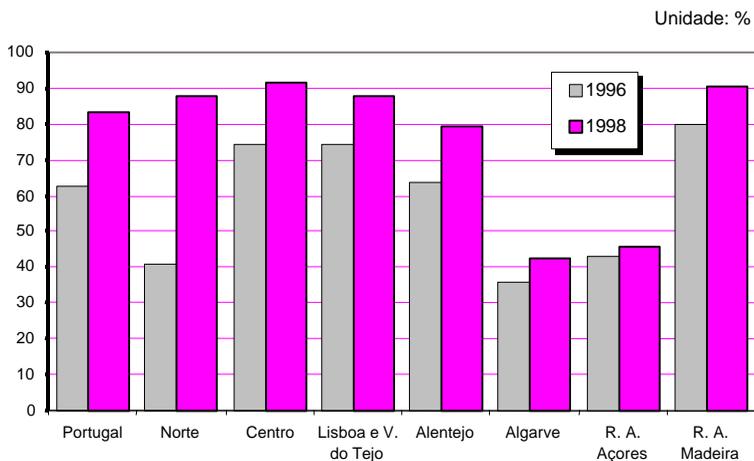
Águas Residuais - caudal produzido e tratado, por região

Unidade: 10³m³

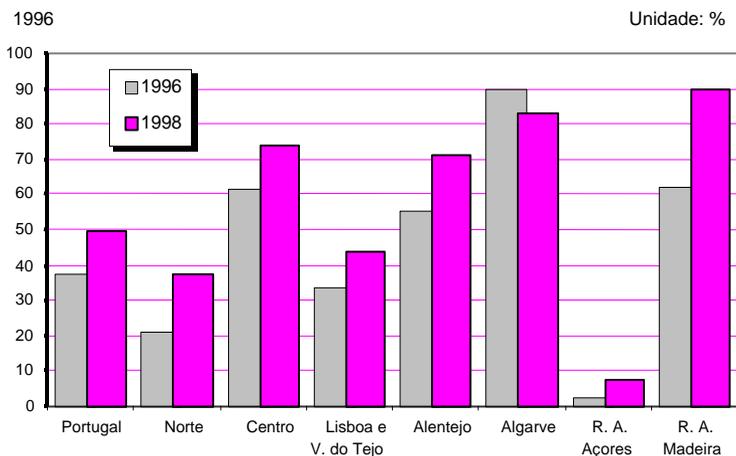
	1995		1996		1997		1998	
	Produzido	Tratado	Produzido	Tratado	Produzido	Tratado	Produzido	Tratado
Portugal	414 090	172 438	474 272	178 453	432 640	199 529	447 752	221 065
Continente	397 583	164 938	451 845	170 371	412 252	188 167	426 214	208 862
Norte	97 243	19 107	97 782	20 330	104 969	33 849	103 684	38 599
Centro	46 803	29 610	48 506	29 868	47 297	34 749	49 215	36 274
Lisboa V. Tejo	211 305	88 163	261 748	88 160	218 862	88 564	230 114	100 728
Alentejo	20 071	8 693	21 092	11 657	20 475	14 425	20 935	14 819
Algarve	22 161	19 365	22 717	20 356	20 649	16 580	22 266	18 442
R. A. Açores	4 669 (*)	100 (*)	9 707	222	8 344	557	8 609	613
R. A. Madeira	11 838	7 400	12 720	7 860	12 044	10 805	12 929	11 590

(*) Dados referentes a 1993

Abastecimento de água - caudal tratado, por região



Águas residuais - caudal tratado, por região



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

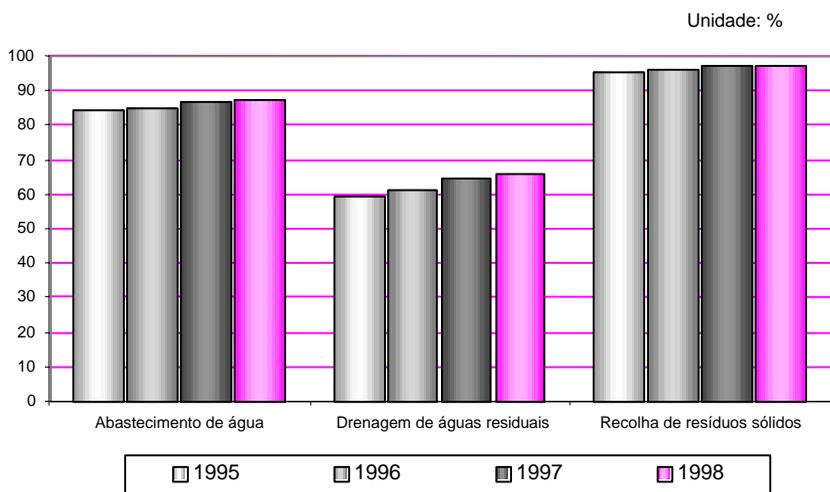
9.7-População servida com abastecimento de água domiciliário, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos

	1995		1996	
	N.º de hab.	% da população	N.º de hab.	% da população
Abastecimento de água	8 333 778	84,0	8 443 096	85,0
Drenagem de águas residuais	5 899 898	59,5	6 062 547	61,1
Recolha de resíduos sólidos	9 427 114	95,1	9 518 765	95,9

9.7-População servida com abastecimento de água domiciliário, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos

(Continuação)

	1997		1998	
	N.º de hab.	% da população	N.º de hab.	% da população
Abastecimento de água	8 627 495	86,7	8 727 204	87,5
Drenagem de águas residuais	6 392 422	64,3	6 553 880	65,7
Recolha de resíduos sólidos	9 633 532	96,9	9 701 185	97,3



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

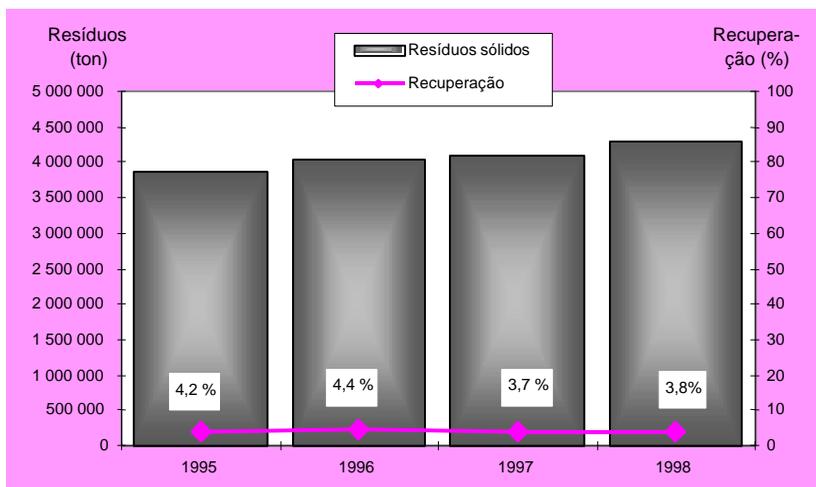
9.8-Resíduos sólidos municipais - produção anual per capita

	Unidade: ton			
	1995	1996	1997	1998
Total	3 883 406	4 028 921	4 109 237	4 304 072
Per capita	0,392	0,406	0,413	0,432

9.9-Taxa de recuperação de resíduos sólidos municipais

	1995	1996	1997	1998
Total (ton)	161 932	176 501	153 015	162 179
Recolha selectiva (ton)	48 569	57 174	83 884	101 114
Compostagem (ton)	113 363	119 327	69 131	61 065
Taxa de recuperação (%)	4,2	4,4	3,7	3,8

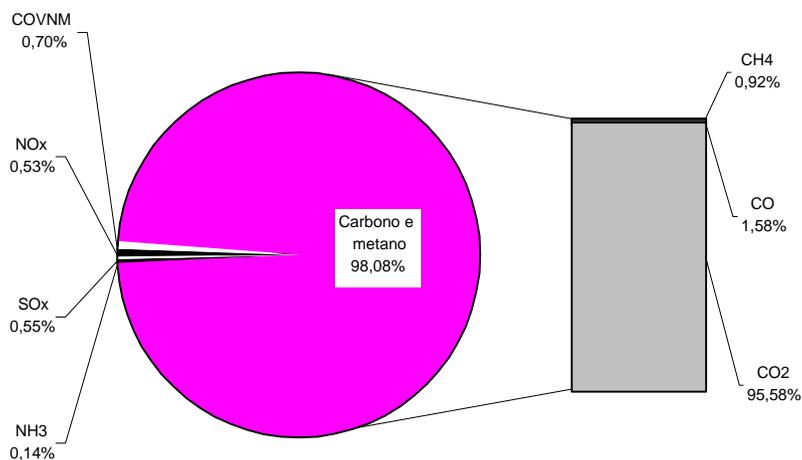
Resíduos sólidos municipais e sua recuperação



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

9.10-Emissão de poluentes, per capita

	Unidade: ton			
	1995	1996	1997	1998
SOx	0,037	0,033	0,034	0,038
NOx	0,036	0,036	0,036	0,037
COVNM	0,047	0,044	0,05	0,049
CH ₄	0,064	0,064	0,064	0,064
CO	0,121	0,119	0,115	0,11
CO ₂	6,434	6,265	6,355	6,661
N ₂ O	-	-	-	-
NH ₃	0,01	0,01	0,01	0,01



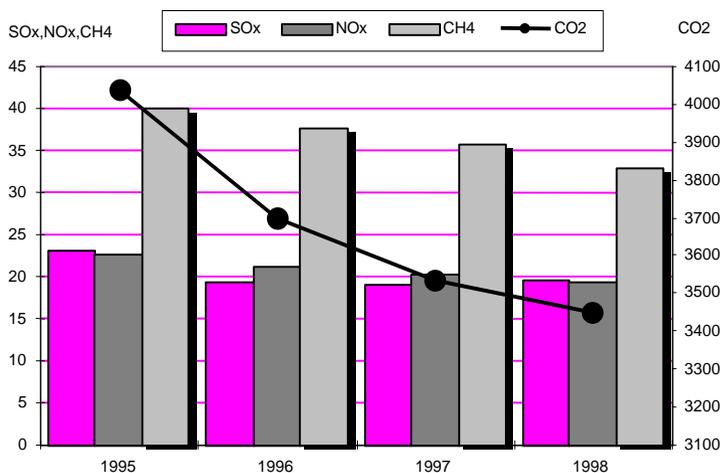
SOx-Óxidos de enxofre; NOx-Óxidos de azoto; COVNM-Compostos orgânicos voláteis, excepto metano; CH₄-Metano; CO-Monóxido de carbono; CO₂-Dióxido de carbono; N₂O-Óxido nitroso; NH₃-Amoniaco.

Fonte: Instituto de Meteorologia

9.11-Emissão de poluentes, por unidade do PIB

Unidade: (ton/10⁹ Esc.)

	1995	1996	1997	1998
SOx	23,1	19,2	19,1	19,5
NOx	22,6	21,1	20,2	19,2
COVNM	29,2	26	27,9	25,1
CH ₄	40,1	37,6	35,6	32,9
CO	76	70,1	64	56,9
CO ₂	4037,4	3700,5	3535,5	3450,1
N ₂ O	-	-	-	-
NH ₃	6,4	5,9	5,6	5,4



SOx-Óxidos de enxofre; NOx-Óxidos de azoto; COVNM-Compostos orgânicos voláteis, excepto metano; CH₄-Metano; CO-Monóxido de carbono; CO₂-Dióxido de carbono; N₂O-Óxido nitroso; NH₃-Amoníaco.

Fonte: Instituto de Meteorologia

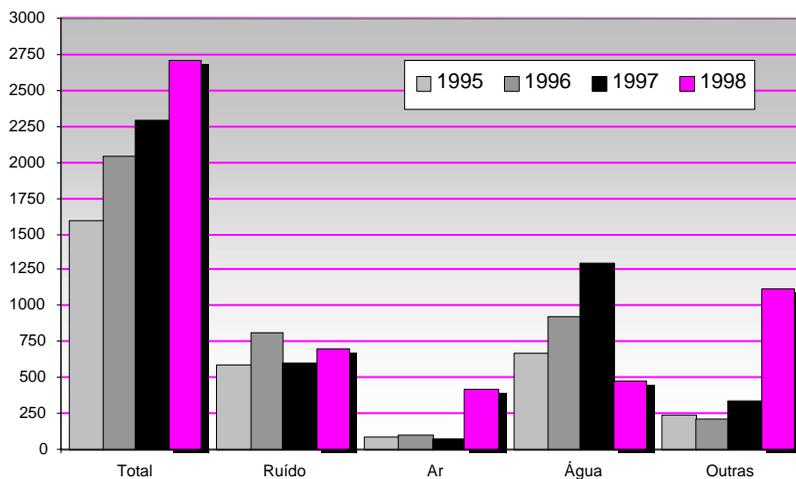
9.12-População pertencente a uma associação de defesa do ambiente, por 1000 habitantes

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998
Total	130 491	127 977	130 953	153 724
Por 1000 habitantes	13,1	12,8	13,1	15,4

9.13-Número de reclamações, por tipo de poluição

	1995	1996	1997	1998
Total	1585	2036	2293	2705
Ruído	588	804	595	697
Ar	84	96	69	414
Água	674	924	1301	478
Outras	239	212	328	1116



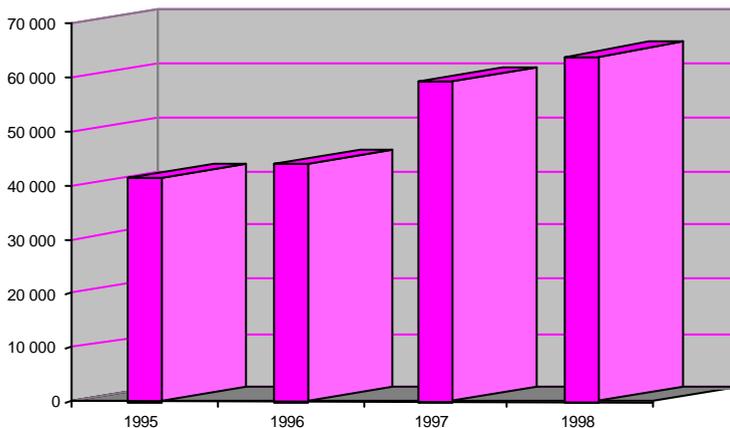
Fonte: Ministério do Ambiente

10. CULTURA E LAZER

- No conjunto dos espectáculos públicos, a frequência de cinema duplicou, entre 1995 e 1999.
- Em 1995, o número de visitantes a museus foi calculado em 5,2 milhões de indivíduos. No ano seguinte, este valor caiu para os 5 milhões, não tendo recuperado até 1998.
- Em 1999, 26% da população com 15 ou mais anos saiu de sua casa, mais de 4 noites, para viajar por motivo de férias ou outro tipo de lazer; mais de metade são indivíduos do sexo feminino.

Consultas em bibliotecas, por 100 000 habitantes

Unidade: n.º

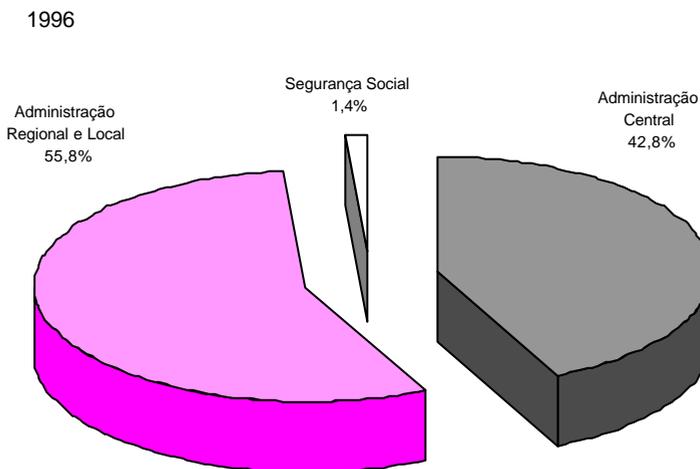


Fonte: INE-Estatísticas da Cultura

10.1-Despesa das administrações públicas em serviços recreativos e culturais, por sub-setor institucional

Unidade: 10⁶ Esc.

	1995	1996
Total	140 678	141 523
Administração Central	58 935	60 522
Administração Regional e Local	79 861	79 022
Segurança Social	1 882	1 979
Em percentagem do PIB	0,87	0,81

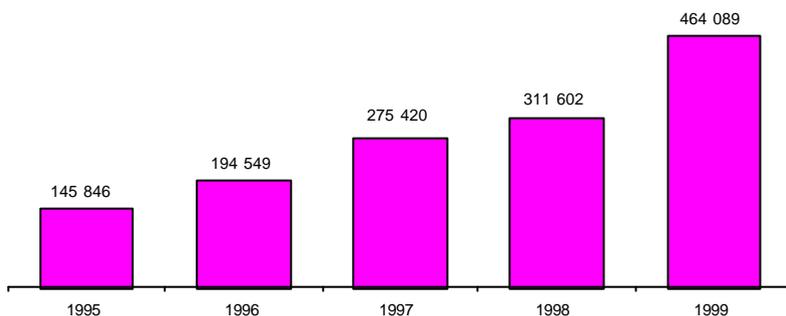
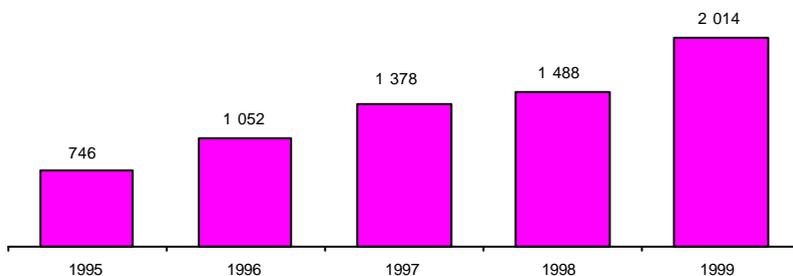


Fonte: INE-Contas Nacionais

10.2-Espectáculos públicos: total, cinema – sessões e espectadores

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Espectáculos públicos:					
Sessões	150 645	198 342	279 704	315 513	x
Espectadores (1000)	8 352	11 382	14 869	15 883	x
Cinema:					
Sessões	145 846	194 549	275 420	311 602	464 089
Espectadores (1000)	7 397	10 447	13 708	14 837	20 118

Número de sessões de cinema**Número de espectadores de cinema, por 1000 habitantes**

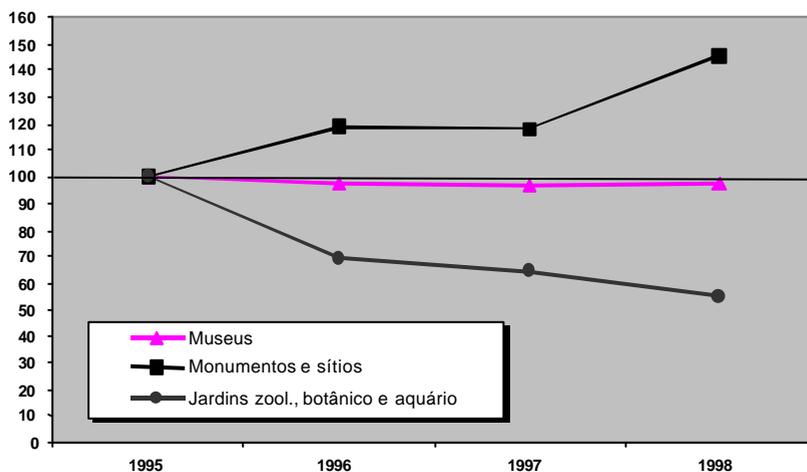
Fonte: INE-Estatísticas da Cultura

10.3-Número de visitantes a museus, monumentos e sítios, jardins e aquários

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998
Museus:				
Total	5 216 098	5 091 889	5 075 994	5 083 441
1995=100	100,0	97,6	97,3	97,5
Monumentos e sítios:				
Total	1 824 388	2 173 256	2 157 784	2 660 136
1995=100	100,0	119,1	118,3	145,8
Jardins zoológico, botânico e aquário:				
Total	1 626 473	1 130 188	1 052 066	901 890
1995=100	100,0	69,5	64,7	55,5

Visitantes (1995=100)



Fonte: INE-Estatísticas da Cultura

10.4-Livros - número de títulos editados

	1995	1996	1997	1998
Total	6 933	7 868	8 331	9 196
1995=100	100,0	113,5	120,2	132,6

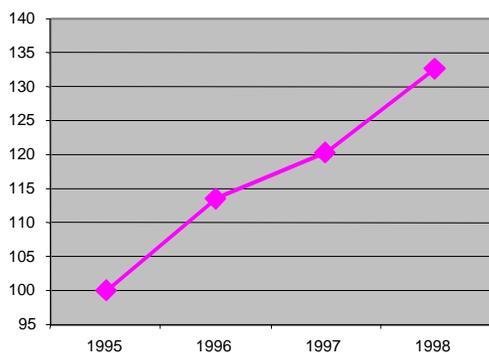
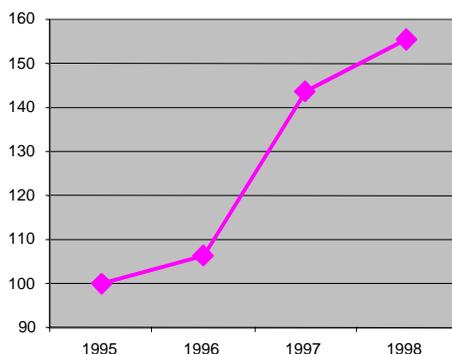
Fonte: Associação Portuguesa de Editores e Livreiros

10.5-Consultas em bibliotecas

	1995	1996	1997	1998
Total	4 100 661	4 368 771	5 884 722	6 368 055
1995=100	100,0	106,5	143,5	155,3

Unidade: n.º

Fonte: INE-Estatísticas da Cultura

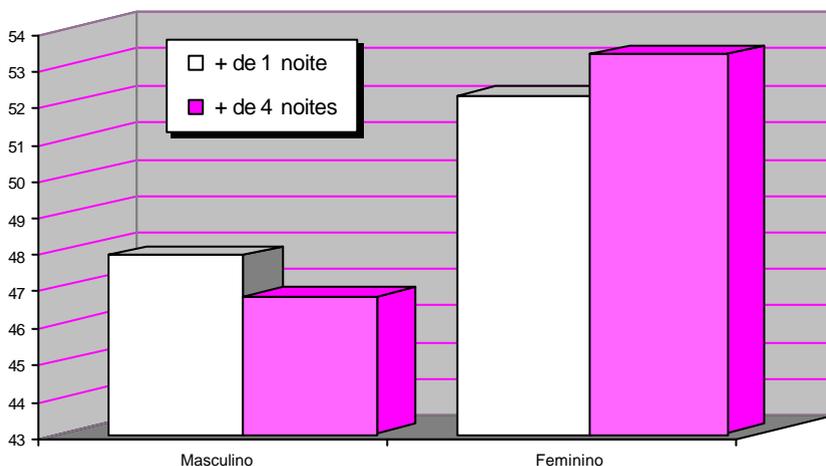
Títulos editados (1995=100)**Consultas em bibliotecas (1995=100)**

10.6-Indivíduos que viajaram por motivo de lazer, recreio e férias, no total da população com 15 anos ou mais, por sexo

1999 Unidade: %

	(Mais de uma noite)				(Mais de quatro noites)			
	Total	Portugal	Estrangeiro	Ambos	Total	Portugal	Estrangeiro	Ambos
Total	36,0	28,9	4,2	2,9	25,7	19,9	4,4	1,4
Masculino	17,0	14,0	1,9	1,1	11,9	9,3	2,0	0,6
Feminino	19,0	14,9	2,3	1,8	13,8	10,6	2,4	0,8

Viagens de lazer, recreio e férias, por sexo



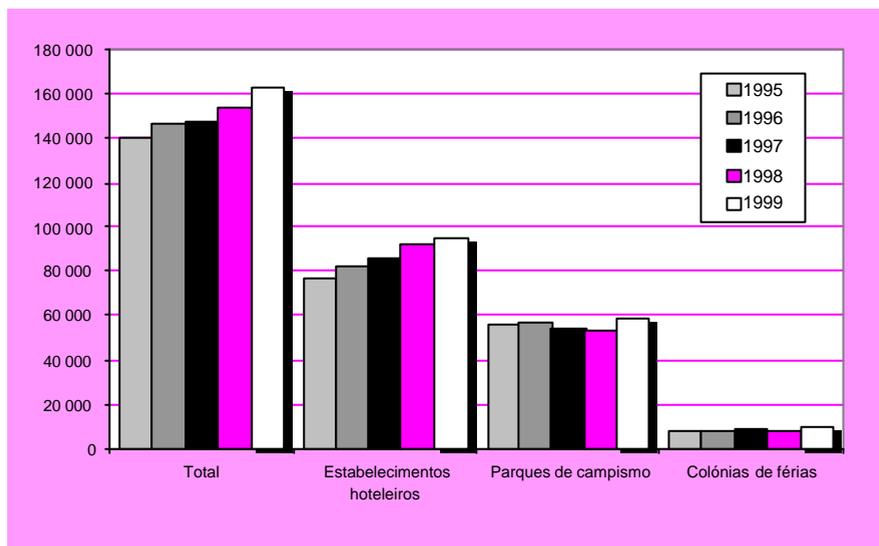
Fonte: INE-Procura Turística dos Residentes

10.7-Dormidas de residentes em estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e colónias de férias

Unidade: n.º

	1995	1996	1997	1998	1999
Total	13 965 382	14 528 391	14 707 095	15 326 060	16 242 897
Estabelecimentos hoteleiros	7 579 637	8 100 911	8 499 088	9 163 983	9 397 225
Parques de campismo	5 566 893	5 633 795	5 327 106	5 325 534	5 815 799
Colónias de férias	818 852	793 685	880 901	836 543	1 029 873

Unidade: Por 100 000 habitantes



Fonte: INE-Estatísticas do Turismo

ANEXO

- CONCEITOS

CONCEITOS

Acidente de trabalho: É acidente de trabalho o acidente que se verifica no local e no período de trabalho e produza directa ou indirectamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução da capacidade de trabalho ou de ganho. Considera-se também acidente de trabalho o ocorrido:

- a) fora do local ou do tempo de trabalho, quando verificado na execução de serviços determinados pela entidade patronal;
- b) na ida para o local de trabalho ou no regresso deste, quando for utilizado meio de transporte fornecido pela entidade patronal, ou quando o acidente seja consequência de particular perigo de percurso normal ou de outras circunstâncias que tenham agravado o risco do mesmo percurso;
- c) na execução de serviços espontaneamente prestados e de que possa resultar proveito económico para a entidade patronal. São contabilizados os acidentes que implicam ausência ao trabalho no mínimo de um dia (para além do primeiro dia), ou aqueles que, embora não resultem em perda de trabalho, comportem despesas para as entidades responsáveis.

Agregado doméstico privado: Conjunto de indivíduos que reside no mesmo alojamento e cujas despesas habituais, em alojamento e alimentação, são suportadas conjuntamente (orçamento comum), independentemente da existência de laços de parentesco.

- O indivíduo que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros indivíduos, não satisfaz, a condição anteriormente citada.

Águas residuais tratadas: Apenas se consideram águas residuais tratadas aquelas cujo tratamento é efectuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

Águas residuais: São águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não se consideram as águas de arrefecimento.

Causas de morte: Doenças, estados mórbidos ou lesões que produziram a morte ou que contribuíram para ela, ou as circunstâncias do acidente ou da violência que produziu essas lesões.

Consumo final das famílias (óptica SEC): Valor dos bens e serviços, para satisfação das necessidades individuais, adquiridos, autoconsumidos ou recebidos em géneros, pelas famílias. Compreende as rendas imputadas de habitação própria e os serviços domésticos utilizados pelas famílias com recurso a pessoal remunerado. Não inclui o valor da aquisição da habitação.

Contribuições públicas: Compreendem as despesas de financiamento dos regimes públicos a cargo das administrações públicas e os subsídios públicos aos outros regimes residentes de protecção social. Esta rubrica compreende ainda o produto dos impostos parcial ou inteiramente afectado a fins de protecção social, subsídios e participações nos custos de funcionamento.

Demora média de internamento no ano: Média anual de dias de internamento utilizados por todos os doentes saídos do estabelecimento. Calcula-se pelo quociente entre o total de dias de internamento dos doentes saídos e o total de doentes saídos no ano.

Despesas de funcionamento: São os custos imputados ao regime pela respectiva gestão e administração. Compreendem os custos de inscrição dos beneficiários, da cobrança das quotizações, da administração das prestações, de inspecção, de resseguro, de gestão financeira e os custos gerais.

Duração habitual de trabalho: Número de horas semanais executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas na semana de referência. Inclui as horas extraordinárias feitas com carácter regular.

Empregados: Indivíduos que tendo idade igual ou superior a 14 anos, tinham, no período de referência, efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Inclui os indivíduos que, tendo um emprego, não estavam ao serviço no período de referência mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego; tendo uma empresa, não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os que, em situação de pré-reforma, se encontrem a trabalhar no período de referência.

Esperança de vida à nascença: Número médio de anos que restam para viver a um indivíduo que atinja a idade exacta x , mantendo-se as condições de mortalidade observadas no momento. Uma particularização desta noção é a esperança de vida à nascença, que corresponde à duração média de vida de um indivíduo.

Estrangeiro com residência legal: Cidadão estrangeiro habilitado com título válido de residência.

Função Desemprego: Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a situação dos desempregados.

Função Doença: Manutenção do rendimento e apoio pecuniário relacionado com a doença física ou mental à excepção da invalidez. Cuidados de saúde, tais como, cuidados médicos com vista a manter, restabelecer ou melhorar o estado de saúde das pessoas protegidas, independentemente da origem da doença.

Função Exclusão Social não especificada: Prestações pecuniárias ou em espécie (excepto cuidados de saúde) especificamente destinadas a combater a exclusão social, sempre que não se encontrem cobertas por uma das outras funções.

Função Família/crianças: Apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a gravidez, parto e adopção, educação de descendentes ou equiparados e assistência a outros membros da família.

Função Habitação: Ajuda aos custos da habitação.

Função Invalidez: Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a incapacidade dos deficientes físicos ou mentais de exercer as actividades económicas e sociais.

Função Sobrevivência: Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a morte de um membro da família.

Função Velhice: Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a velhice.

Ganho: Montante líquido em dinheiro e/ou géneros, pago no período de referência com carácter regular, pelas horas de trabalho efectuado, assim como o pagamento de horas remuneradas mas não efectuadas (feriados, férias e faltas justificadas que não impliquem perda de remuneração). Inclui, para além da remuneração base, todos os subsídios com carácter regular (alimentação, alojamento, diuturnidades, antiguidade, função, produtividade, trabalho por turnos, nocturno, trabalhos penosos, etc.), bem como o pagamento por horas extraordinárias.

Greve: Considera-se greve, em sentido amplo, a abstenção ou perturbação temporária e concertada dos termos normais de prestação de trabalho por parte de um grupo de trabalhadores, tendo em vista forçar as entidades empregadoras ou os poderes públicos à aceitação das suas reivindicações.

Índice de envelhecimento: Relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0-14 anos.

Índice sintético de fecundidade: Número de crianças que, em média, cada mulher tem durante a sua vida fecunda.

Número de trabalhadores em greve: Se um trabalhador ou grupo de trabalhadores participam em mais de uma greve no período de referência, serão quantificados tantas vezes quantas as participações em greves ocorridas no período.

Outras despesas: Agrupam diversas despesas dos regimes de protecção social. Elas são repartidas em rendimento de propriedade e outras.

Outras receitas: Compreende as outras receitas correntes e receitas em capital dos regimes de protecção social. Incluem os rendimentos de propriedade e as outras receitas.

População activa (mão-de-obra): Conjunto de indivíduos com 14 e mais anos que, no período de referência, constituem a *mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços* que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População desempregada: Abrange todos os indivíduos com 14 e mais anos que, no período de referência, *não tinham trabalho* remunerado nem qualquer outro; que *estavam disponíveis para* trabalhar num trabalho remunerado ou não; que *tinham procurado um trabalho nos últimos 30 dias*, remunerado ou não.

População empregada: Abrange todos os indivíduos com 14 e mais anos que, na semana de referência, tenham *efectuado trabalho de pelo menos uma hora*, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Engloba também os indivíduos que não estavam ao serviço à data da recolha mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego, os indivíduos que tendo uma empresa não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os indivíduos que, em situação de pré-reforma, se encontrem a trabalhar no período de referência.

Poupança nacional bruta (óptica SEC): Corresponde à parte do rendimento nacional bruto disponível que não é absorvida por operações de consumo final.

Prestações sociais: São transferências, pecuniárias ou em espécie, às famílias ou particulares, efectuadas pelos regimes de protecção social e destinadas a atenuar o encargo que representa para os beneficiários a protecção contra um certo número de riscos ou necessidades. No sistema central, as prestações sociais referem-se exclusivamente às prestações pecuniárias, aos reembolsos e ao fornecimento directo de bens e serviços. Trata-se, em qualquer caso, de prestações directas porque se supõe um aumento do rendimento disponível (ajustado) do beneficiário.

Produto Interno Bruto (PIB): O produto interno bruto a preços de mercado (PIB pm) representa o resultado final da actividade de produção das unidades residentes. Corresponde à produção total de bens e serviços da economia, diminuída dos consumos intermédios totais e aumentada do IVA onerando os produtos e dos impostos líquidos ligados à importação. O PIB é também medido a preços constantes, para eliminar o efeito dos aumentos (ou das reduções) causados pelo acréscimo (ou pela baixa) dos preços.

Quotizações sociais: São despesas suportadas pela entidade patronal em benefício dos seus assalariados ou pelas pessoas protegidas por forma a assegurar o direito às prestações sociais. O facto das quotizações sociais serem pagas por determinadas pessoas pode não ser a única condição para que a pessoa tenha direito às prestações sociais no caso de surgir um risco ou necessidade social. Entre outras condições, cite-se um período de pagamento mínimo, um prazo de carência, uma redução mínima de capacidade de trabalho, etc. As quotizações sociais a cargo da entidade patronal constituem um elemento indirecto da remuneração dos assalariados (sendo elementos directos, os salários e vencimentos). São geralmente proporcionais aos ganhos dos assalariados mas, podem depender, também, de outros critérios. As quotizações sociais a cargo da entidade patronal podem ser efectivas ou imputadas.

Relação de masculinidade: Relação entre os efectivos populacionais do sexo masculino e do sexo feminino.

Remuneração base: Montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro ou géneros a que o trabalhador tem ou teria direito no mês de referência e correspondente às horas normais de trabalho.

Remunerações (óptica SEC): Compreende todos os pagamentos efectuados e benefícios prestados pela entidade patronal, a título de remunerações do trabalho realizado pelos seus trabalhadores. Compreende os salários e vencimentos brutos, contribuições sociais efectivas a cargo da entidade patronal e contribuições sociais fictícias (valor das prestações sociais concedidas directamente pela entidade patronal aos seus próprios trabalhadores).

Rendimento nacional disponível bruto (óptica SEC): Corresponde ao produto interno bruto a preços de mercado, diminuído ou acrescido do saldo entre a economia nacional e o resto do mundo, relativo a impostos ligados à produção e à importação, subsídios de exploração e à importação, remunerações dos trabalhadores, rendimentos de propriedade e de empresa, operações de seguros de acidentes e transferências correntes sem contrapartida, não especificadas. Mede o rendimento de que dispõe a Nação para efectuar operações de consumo final e de poupança.

Taxa de actividade: É a relação entre “População Activa” e “População Total”.

Taxa de crescimento efectivo: Acréscimo populacional durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Taxa de crescimento migratório: Saldo migratório durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período

Taxa de crescimento natural: Saldo natural durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Taxa de desemprego: É a relação entre “População desempregada” e “População activa”.

Taxa de divorcialidade: Número de divórcios ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de divórcios por 1000 habitantes).

Taxa de incidência (acidentes de trabalho): Razão entre o número de acidentes ocorridos no período em estudo e o número de trabalhadores expostos ao risco no mesmo período. Taxa de incidência = número total de acidentes de trabalho x 100 número de trabalhadores por conta de outrem.

Taxa de mortalidade fetal tardia: Número de fetos-mortos de 28 ou mais semanas, por 1000 nados-vivos e mortos de 28 e mais semanas.

Taxa de mortalidade infantil: Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados-vivos).

Taxa de mortalidade neonatal: Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias, por 1000 nados-vivos.

Taxa de mortalidade perinatal: Número de fetos-mortos pesando 500 e mais gramas, mais óbitos de nados-vivos falecidos com menos de 7 dias de idade, por 1000 nascimentos (nados-vivos mais fetos-mortos de 500 e mais gramas). Quando o peso for desconhecido, pode utilizar-se a idade gestacional correspondente: 22 e mais semanas ou 28 e mais semanas, respectivamente.

Taxa de mortalidade: Número de óbitos ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de natalidade: Número de nados-vivos ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Taxa de nupcialidade: Número de casamentos ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de casamentos por 1000 habitantes).

Trabalhador a tempo completo: É aquele cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/estabelecimento ou na respectiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial: É aquele cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/estabelecimento ou na respectiva profissão.

Trabalhador por conta de outrem: Todo o indivíduo que trabalha para um empregador, público ou privado, e que recebe um pagamento em dinheiro ou géneros. Inclui o trabalho no domicílio, desde que sob a responsabilidade de terceiros.

Trabalho não permanente: Trabalho sob o regime de contrato a termo (com duração limitada e definida por escrito) ou sem contrato permanente (sazonal, ocasional, temporário).

Transferências entre regimes: São transferências sem contrapartida a receber ou a pagar a outros regimes de protecção social, de acordo com a classificação das receitas de Protecção Social. Exemplo de transferências entre regimes: as transferências que visam reduzir o défice de um dos regimes.

Tratamento de água para abastecimento: Processo que torna apta a ser utilizada, a água captada de qualquer fonte. Apenas se considera tratamento se for utilizada uma instalação específica para o efeito. Não se considera como tratamento a simples filtragem ou cloragem.